



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

MARIA DO SOCORRO BARBOSA ALBUQUERQUE

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL:

**Uma análise a partir da atuação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
(CAMTA), no Município de Tomé-Açu/PA.**

Belém, PA

2017

MARIA DO SOCORRO BARBOSA ALBUQUERQUE

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL:

Uma análise a partir da atuação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), no Município de Tomé-Açu/PA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva.

Belém, PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
Biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/SIBI/UFPA

Albuquerque, Maria do Socorro Barbosa, 1972-

Capital social e desenvolvimento local : uma análise a partir da atuação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), no município de Tomé-Açu/PA / Maria do Socorro Barbosa Albuquerque. – 2017

97 f.: il.; 29 cm

Inclui bibliografias

Orientador: Fábio Carlos da Silva

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Belém, 2017.

1. Capital social – Japoneses – Tomé-Açu (PA). 2. Desenvolvimento endógeno – Tomé-Açu (PA). 3. Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA). I. Silva, Fábio Carlos da, orientador. Título.

CDD 22 ed.: 305.895608115

MARIA DO SOCORRO BARBOSA ALBUQUERQUE

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL:

**Uma análise a partir da atuação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
(CAMTA), no Município de Tomé-Açu/PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof^o Doutor Fábio Carlos da Silva.

Data de aprovação: ____/____/_____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva
Orientador – PPGGP/NAEA – UFPA

Prof. Dr. Alfredo Kingo Oyama Homma
Examinador Externo – EMBRAPA

Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro
Examinador Interno - PPGGP/NAEA – UFPA

Àquele que é capaz de fazer infinitamente mais do
que tudo que pedimos ou pensamos, de acordo com
seu poder que atua em nós. Ef 3:20

Ao meu pai Félix Barbosa (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal do Pará e ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos que, através do seu corpo docente, possibilitaram a construção de conhecimentos, levando-me a novas reflexões e construções de saberes que certamente darão novo significado ao fazer e pensar esta universidade.

Aos professores João Batista Miranda Ribeiro e Evaldo Raimundo Pinto da Silva por transcenderem o discurso e a normativa da qualificação profissional, refletindo através de atos práticos a verdadeira compreensão sobre a qualificação para os Técnicos Administrativos do Instituto de Geociências da UFPA.

Ao professor e orientador Fábio Carlos da Silva pela participação na construção desta dissertação.

Aos Bibliotecários, bolsistas e aos Técnicos Administrativos do Instituto de Geociências e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos pelo incentivo e solidariedade demonstrados ao longo do curso.

À Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu e Associação Cultural de Tomé-Açu pelas informações e colaboração na pesquisa de campo.

À amiga e irmã em Cristo Akiko Sasaki pelo auxílio nas traduções e esclarecimentos sobre os termos e expressões em japonês.

Aos missionários Milton e Namy Coelho pela acolhida em Tomé-Açu, e Izaias e Kelly Souza pelas contribuições na pesquisa de campo.

À Lina Opata, muito obrigada pela acolhida e disposição em ajudar.

Ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/PA), por dar acesso às informações municipais de Tomé-Açu, Pará.

À Margarida Abe, por compartilhar a memória e os registros fotográficos de seu pai Noboru Abe.

Aos meus irmãos em Cristo pelas orações que sempre me sustentam.

Aos meus filhos Camila, João Pedro e Sofia: vida, amor incondicional.

Ao meu marido Sidney Albuquerque por ser um entusiasta e incentivador para cada uma das minhas conquistas.

*Como em qualquer esfera da vida,
damos mais valor àquilo que lutamos por conquistar.*
Richard Sennett

RESUMO

O desenvolvimento endógeno enquanto teoria considera a existência de fatores determinantes no contexto local ou territorial em três importantes dimensões: a econômica, a sociocultural e a política que, conjuntamente, explicam as razões pelas quais, ou sobre quais especialidades as regiões, dada as mesmas condições, possuem dinâmicas ou processos de desenvolvimento diferenciados. Para compreender as diferenciações nos processos de desenvolvimento das regiões, outra teoria também foi formulada, a do capital social cujas bases teóricas afirmam que regiões com presença desse capital são mais desenvolvidas quando comparadas às regiões inexistente a presença do capital social, em geral, ligados à tradição e valores de uma cultura. Com base nesses pressupostos teóricos, buscou-se identificar a presença de capital social no município de Tomé-Açu e analisar a contribuição da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), para o desenvolvimento local. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de natureza exploratório-descritivo. Assim, procedeu-se a pesquisa a fim de caracterizar o município de Tomé-Açu, bem como a Região do Capim, identificando aspectos relacionados a sua formação histórica, econômica e social. Foram identificados os fatores colaborativos para a formação da colônia nipo-brasileira no município do Acará além dos que potencializaram o capital social nipônico existente entre os colonos imigrantes japoneses. Os resultados da pesquisa confirmam que o capital social nipônico e sua organização social promoveram mudanças no interior da colônia dando a ela um novo caráter pautado na cooperação, na solidariedade, na ajuda mútua e no trabalho sistemático, o que impactou sobremodo o território dando a ele nova configuração no campo político, geográfico e econômico promovendo o desenvolvimento local de Tomé-Açu. Atualmente a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu atua em conformidade com as dimensões da sustentabilidade, com destaque ao Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu (SAFTA), que também se constitui em a tecnologia social transferida às comunidades de agricultores familiares da região.

Palavras-chave: Capital social. Desenvolvimento endógeno. Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA). Tomé-Açu (PA). Imigrantes japoneses.

ABSTRACT

As a theory, endogenous development considers the presence of determining factors in the local or territorial context in three important dimensions: economic, sociocultural and political, which altogether explain the reasons why, or based on what specificities, regions, given the same conditions, show different dynamics or processes of development. In-order to understand the differentiations regarding the processes of development of the regions, another theory was also formulated, that of social capital, which theoretically affirms that regions with the presence of this capital are more developed when compared to regions in which social capital is absent. Based on these theoretical propositions, we sought to identify the presence of social capital in the municipality of Tomé-Açu and to analyze the contribution of the Mixed Agricultural Cooperative of Tomé-Açu (CAMTA) to local development. The research is characterized as an exploratory-descriptive case study. Thus, the research was carried out in order to characterize the municipality of Tomé-Açu, as well as the Region of Capim, identifying aspects related to its historical economic and social formation. We identified the collaborative factors for the formation of the Japanese-Brazilian colony in the municipality of Acará, in addition to those that enhanced the Japanese social capital among the Japanese immigrant settlers. The research results confirm that the Japanese social capital and its social organization promoted changes within the colony giving it a new character based on cooperation, solidarity, mutual aid and systematic work, which greatly impacted the territory giving it new configuration in the political, geographic and economic field promoting the local development of Tomé-Açu. Currently, the Mixed Agricultural Cooperative of Tomé-Açu operates in conformity with the dimensions of sustainability with a focus on Agroforestry System of Tomé-Açu (SAFTA), which also constitutes in social technology transferred to the communities of family farmers in the region.

Keywords: Social capital. Endogenous development. Mixed Agricultural Cooperative of Tomé-Açu (CAMTA). Tomé-Açu (PA). Japanese immigrants.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Diretoria da CAMTA eleita para o período de 1961-1964.....	54
Gráfico 1	Custos e receitas totais por cultura.....	59
Figura 2	Produtos comercializados no Japão a partir da produção exportada pela CAMTA, 2017.....	65
Figura 3	SAFTA, Fazenda Konagano.....	66
Figura 4	Exposição sobre SAFTA em evento formativo na Fazenda Konagano ..	67
Figura 5	Técnicos, engenheiros e pesquisadores do Ideflor-Bio, Embrapa e CAMTA, 2017.....	67
Figura 6	Construção do viveiro em SBV, demonstração de resultado de um enxerto, Santa Ana, 2011.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Produto Interno Bruto em Tomé-Açu – 2014.....	45
Tabela 2	Índice de Desenvolvimento Humano em Tomé-Açu.....	45
Tabela 3	Renda e desigualdade em Tomé-Açu.....	46
Tabela 4	Vulnerabilidade, Pará/Região Capim/Tomé-Açu.....	46
Tabela 5	Saneamento e habitação, Pará/Região Capim/Tomé-Açu.....	47
Tabela 6	Segurança, Pará/Região Capim/Tomé-Açu – 2012.....	47
Tabela 7	Prefeitura Municipal de Tomé-Açu: ações e valores orçamentários previstos para 2017.....	49

LISTA DE SIGLAS

ACTA	Associação Cultural de Tomé-Açu
APL	Arranjo Produtivo Local
CAMTA	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEDPD/PA	Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Pará
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
COPAMASA	Companhia Paraense de Mandioca S.A.
EMATER -PARÁ	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
HYDRO	Norsk Hydro Brasil Ltda
Ideflor Bio	do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IDHM	Índice de desenvolvimento humano municipal
IES	Instituições Públicas de Ensino Superior
INATAM	Instituto Experimental Agrícola Tropical da Amazônia
IP	Institutos Públicos de Pesquisa
ISMA	Índice de Sustentabilidade Econômica dos Municípios Paraenses
JICA	Japan International Cooperation Agency
KANEBO	Kanegafuchi Bôseki Kabushiki Kaisha
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária do Município
LOA	Lei Orçamentária Anual
NANTAKU	Nanbei Takushoku Kabushiki Kaisha
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PPA	Plano Plurianual
SAF	Sistema Agroflorestal
SAFTA	Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu
SEDAP	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNESCAP	United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
WRS	Wildlife Research Society)

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	ABORDAGEM TEÓRICA.....	18
1.1	Das transformações no conceito de Desenvolvimento.....	18
1.2	O Desenvolvimento Endógeno.....	20
1.3	Capital social e Arranjo Produtivo Local: estratégias para o desenvolvimento local.....	23
2	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	30
2.1	Formação territorial da Região do Capim.....	31
2.1.1	Dos povos Tembé-Tenetehara.....	33
2.1.2	Dos grupos Quilombolas.....	35
2.1.3	Dos imigrantes Japoneses.....	36
2.1.4	Aspectos Sociais e Econômicos da Região de Integração do Rio Capim.....	39
2.2	Formação do Município de Tomé-Açu/PA.....	41
2.2.1	Dinâmica econômica, social e ambiental do Município de Tomé-Açu/PA....	44
2.2.2	Políticas Públicas Municipal e Estadual em Tomé-Açu/PA.....	47
3	NOOMIN DÔSHI KAI OU DA POTENCIALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NA COLÔNIA JAPONESA EM TOMÉ-AÇU/PA.....	50
3.1	Organização Social dos Colonos e sua base de valores cívicos.....	51
3.2	Saber Tradicional e Conhecimento Científico enquanto estratégia de Inovação para o Desenvolvimento da Agricultura.....	55
3.3	Diversificação da Produção Agrícola e a Sustentabilidade da Cooperativa.....	57
3.4	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu e a Tecnologia Social SAFTA.....	62
3.4.1	Aprimoramento da pesquisa e desenvolvimento do Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu (SAFTA).....	63
3.4.2	Formação e capacitação técnica a Agentes Públicos do Estado.....	66
3.4.3	Projeto de Responsabilidade Socioambiental.....	67
3.4.4	Participação na formulação de Programas de Governo.....	71
4	CAPITAL SOCIAL, CULTURA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TOMÉ-AÇU/PA.....	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS.....	85
	ANEXOS.....	93
	ANEXO A - REGISTRO FOTOGRÁFICO DA COLÔNIA JAPONESA E DA CAMTA - ACERVO PESSOAL DA FAMÍLIA DE NOBORU ABE.....	94

INTRODUÇÃO

As sociedades passam por profundas transformações resultantes, entre outros aspectos, do fluxo maior de informação e da produção de conhecimento em larga escala. Novas tecnologias de informação e comunicação, agregadas à informação e ao conhecimento têm potencializado tais alterações, impactando áreas da sociedade e seus atores. O processo de aprimoramento das técnicas e do uso das novas tecnologias e a necessidade de um processo de aprendizagem contínuo, requeridos pela sociedade do conhecimento, têm gerado impacto nas relações de trabalho e na produção, gerando novos desafios aos processos de desenvolvimento.

Essa realidade demandou a formulação de novas teorias no campo do desenvolvimento econômico para explicar os aspectos e fatores determinantes do desenvolvimento nos países e nas regiões. Sob esse prisma, nasce a teoria do desenvolvimento endógeno, cujos conceitos são necessários à compreensão de como ocorrem as especialidades locais ou territoriais que as diferenciam de outras regiões, permitindo-lhes alcançar patamares de desenvolvimento.

Dentre os fatores que concorrem para o desenvolvimento local fazem-se presentes o capital social, o conhecimento tácito, a capacidade de aprendizagem e inovação, aliados à pesquisa e ao conhecimento científico. Tais aspectos também presentes no do conceito de Arranjo Produtivo Local (APL), cujo enfoque está fundamentado em corpos teóricos já reconhecidos como “a abordagem sistêmica da escola estruturalista latino-americana; as externalidades marshallianas; a inovação shumpeteriana; os processos e aprendizagem evolucionistas; as ações coletivas institucionalistas; e de abordagens da nova geografia” (APOLINÁRIO; SILVA, 2010, p. 34).

Enquanto estratégia política, o APL tem dado importante contribuição para as políticas de desenvolvimento no Brasil. Segundo Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2008), o APL ganhou espaço na agenda de desenvolvimento local com ampla aceitação e disseminação, resultando em vantagens e avanços expressivos, tanto a nível local como nacional. Dentre os resultados alcançados, a partir das experiências pioneiras no Brasil, Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2008), destacam os mais significativos: a aprendizagem, a articulação dos atores, as tentativas de integração das ações e a dimensão territorial, incorporada no planejamento de projetos para o desenvolvimento.

A teoria do capital social formulada por Putnam (2006), a partir dos estudos sobre as diferenciações no desempenho institucional das regiões italianas, fundamenta vários estudos

em diferentes campos do conhecimento, sobretudo na economia e na sociologia, para explicar as razões pelas quais algumas regiões têm melhor desempenho que outras, considerando a existência de traços identitários ou as tradições de uma cultura. Os estudos realizados buscam estabelecer a relação entre experiências exitosas nas instituições, organizações e regiões com a presença de capital social. A partir desses estudos, diferentes autores, que analisam a temática do desenvolvimento local ou regional, afirmam que o capital social é um fator colaborativo para o desenvolvimento nas sociedades.

O município de Tomé-Açu, no estado do Pará, possui a segunda maior colônia japonesa no Brasil, chegando à região há cerca de 90 anos, e tinham na agricultura familiar a sua base de produção, subsidiados pelos governos brasileiro e japonês, com a contrapartida de retorno financeiro pelos colonos à Companhia, criada para apoio e fomento à agricultura e aos colonos da colônia no Acará/PA: uma ação planejada com vistas à comercialização dos produtos agrícolas, tanto para o mercado nacional, como para o internacional. Entretanto, dada às condições adversas que se impuseram aos imigrantes, os objetivos do empreendimento foram redimensionados, exigindo desse coletivo a cooperação para uma nova forma de organização social.

A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) é um dos principais entes aglutinadores de imigrantes japoneses e seus descendentes e faz-se presente no mercado de produção e exportação de produtos agrícolas, desde 1931. E na sua história registra-se a maior produção de pimenta-do-reino, fazendo o Brasil figurar entre os quatro maiores produtores de pimenta no mundo. Ela se tem mantido atuante no mercado com participação expressiva na cadeia produtiva local cuja produção alcança o mercado nacional e internacional. Atualmente processa 12.000 toneladas de frutas, com destaque especial para a produção da amêndoa de cacau, comercializada no mercado internacional, e atendendo aos padrões de exigências das indústrias de chocolate.

Com tais informações, a pesquisa teve como objetivo central responder a seguinte questão: Qual a contribuição da CAMTA para o desenvolvimento do município de Tomé-Açu/PA?

A partir daí, com enfoque na teoria do desenvolvimento endógeno considerando as categorias de capital social e arranjo produtivo local, trabalhou-se as dimensões como: ação coletiva e cooperação, confiança e solidariedade, inovação de produtos bem como inovação em processos e ação e fortalecimento político. As dimensões econômica, sociocultural e política da teoria do desenvolvimento endógeno subsidiaram a análise sobre a CAMTA e consequentemente, possibilitaram que se avaliasse a dimensão da contribuição da referida

cooperativa para o desenvolvimento local em Tomé-Açu/PA.

A pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva por possibilitar ao pesquisador a busca de informações ou dados existentes (dados secundários) e, ao mesmo tempo, levantar ou descrever um fato, a partir de dados primários, conforme afirmam Condurú e Pereira (2013). Optou-se pelo método Estudo de Caso, por ser tratar de uma investigação empírica aplicada a um fenômeno em profundidade e em seu contexto de vida real (YIN, 2010). Tal método tem sido adotado em diferentes campos das ciências humanas e sociais aplicadas e dentre as razões está a necessidade de compreender fenômenos sociais complexos e ao mesmo tempo permitir ao pesquisador estudar sujeitos e organizações de modo singular ou plural (TRIVIÑOS, 1987).

Também foi realizada pesquisa de campo com o deslocamento até o município de Tomé-Açu, onde está situada a sede da cooperativa, em se considerando imprescindíveis à pesquisa, como a coleta de dados primários, bem como a observação *in loco*.

Os dados secundários foram obtidos mediante a *pesquisa documental* por meio das seguintes fontes: planos dos governos municipal e estadual, estatísticas oficiais com dados diagnósticos sobre a Região do Capim e do município de Tomé-Açu; documentos bibliográficos como livros, dissertações, teses, artigos em publicações periódicas entre outros trabalhos acadêmicos e científicos sobre o município e a CAMTA. Quanto aos dados primários, foram obtidos mediante entrevista com o diretor da Associação Cultural de Tomé-Açu (ACTA) e diálogos com o diretor presidente da CAMTA.

Importa retratar que a pesquisa precisou ser redimensionada, por motivos alheios à pesquisadora, mas diretamente relacionados ao fato político ocorrido no município, no pleito de 2016, que resultou no afastamento de Josehildo Takeda Bezerra do cargo de prefeito do Município de Tomé-Açu, por improbidade administrativa¹. Tal fato gerou tensionamentos políticos na cidade de viés administrativo prejudicando a coleta de dados primários e secundários sobre as políticas locais e seus mecanismos de participação social e coordenação junto aos informantes locais (cooperados e gestores públicos). Algumas informações foram obtidas em conversas com dois gestores municipais e um conselheiro municipal, porém insuficientes e insatisfatórias para fundamentar os aspectos desta pesquisa.

Em síntese, a pesquisa caracteriza-se, quanto ao seu objetivo: descritiva; quanto à sua

¹ Importa destacar que o município de Tomé-Açu, assim como outros municípios ou regiões do estado do Pará, tem registrado ao longo de sua história conflitos políticos envolvendo crimes no âmbito da administração pública ou mesmo crimes com conotação política, como os assassinatos do advogado Jorge Pimentel e do empresário Luciano Capaccio, em março de 2013. Além de outros crimes envolvendo atentados contra prefeitos e assassinato de vereadores.

natureza: qualitativa; quanto ao objeto de estudo: estudo de caso; quanto às técnicas: entrevistas, observação e pesquisa documental. A pesquisa realizou-se em duas etapas a saber:

- ✓ Levantamento de dados secundários para identificação e caracterização do capital social que compõem a Cooperativa CAMTA. Também foram identificados com relação ao território os aspectos histórico, cultural e socioambiental. Nesta etapa foram utilizados documentos bibliográficos (dissertações, teses, livros, artigos, anais de eventos científicos e atlas), relatórios, planos estratégicos e operacionais dos governos em suas diferentes esferas;
- ✓ Levantamento de dados primários que se deu a partir da observação e da participação em evento promovido pela CAMTA, Governo do Estado e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e na Audiência Pública sobre a Política de Segurança Pública no Município e realização de entrevistas.

Portanto, objetivou-se com a pesquisa analisar a contribuição da CAMTA para o desenvolvimento Local em Tomé-Açu/PA. Ainda se buscou identificar na trajetória da Cooperativa a relação entre os seus resultados e o capital social nipônico. Deste modo, buscou-se apresentar a dinâmica da formação histórica e social da região do Capim, onde está situada a Cooperativa (e a antiga colônia do Acará), e sua forma de ocupação, os povos que a ocuparam inicialmente e a formação econômica da região. Descrever a trajetória da Cooperativa, desde a sua formação inicial até a configuração atual bem como as estratégias de inovação, adotadas para a sua consolidação junto ao mercado local e internacional; identificar as relações estabelecidas entre a Cooperativa e as políticas locais, assim como a sua interação com a comunidade em geral.

A dissertação encontra-se, portanto, organizada em quatro capítulos, a saber: o capítulo 1, traz a abordagem teórica sobre o conceito de desenvolvimento e as transformações ocorridas, com destaque aos elementos que ensejaram essas mudanças. Nesse contexto de transformação conceitual, chegou-se ao corpo teórico do desenvolvimento endógeno, como forma de obter compreensão acerca dos fatores que concorrem para o desenvolvimento de dentro para fora (endógeno), numa mudança paradigmática aos modelos de desenvolvimento concebidos de fora para dentro (exógeno). Além destes, estão referidos neste capítulo os conceitos de capital social e arranjo produtivo local por abarcarem dimensões conceituais presentes nas análises sobre desenvolvimento local.

O capítulo 2 apresenta a caracterização da área estudada com informações sobre a formação da Região do Capim em seus aspectos histórico, social, econômico e demográfico, evidenciando a sua forma de ocupação e as razões pelas quais foram ocupadas ao longo do tempo e por diferentes povos. Também identifica as principais atividades econômicas desenvolvidas e seus modos de produção. Neste capítulo são apresentadas informações sobre a formação do município de Tomé-Açu, resgatando os aspectos sociais e políticos que concorreram para a formação e emancipação do município e a relação desse processo com os imigrantes japoneses, além de apresentar dados atuais da dinâmica econômica, social e ambiental deste município.

O capítulo 3 versa sobre os fatores locais que potencializaram o capital social nipônico, além de evidenciar os valores relacionados a esse capital, como estratégia de enfrentamento às adversidades colocadas aos colonos imigrantes. Apresenta os desdobramentos resultantes da organização social dos produtores rurais e as formas de organização para o fomento do capital social dentro da colônia. A inovação em produção agrícola está apresentada aqui, bem como os processos e as escolhas que determinaram os avanços percebidos como a articulação entre conhecimento tácito, científico e pesquisa e extensão agrícola, além do trabalho disciplinado e sistemático dos agricultores nipo-brasileiros, resultando em um modelo de produção agrícola, mundialmente reconhecido, e que respeita as dimensões da sustentabilidade.

A relação entre capital social, cultura política e desenvolvimento local é discutida no capítulo 4, como forma de compreender os condicionantes dessa relação e os porquês da participação social da comunidade nipo-brasileira nos processos de decisão local e da implementação das políticas resultantes desse processo, evidenciando problemas que comprometem a participação dessa comunidade e das singularidades dessa realidade com o cenário político-institucional nacional.

Nas considerações finais, uma síntese dos resultados da pesquisa, com resposta à questão inicial apresentada como problema de pesquisa. Evidencia também os limites do trabalho, os quais estão formulados como problemas-chaves ou questões de pesquisa cuja problematização poderá contribuir para a análise mais profícua sobre desenvolvimento local.

1 ABORDAGEM TEÓRICA

1.1 Das transformações no conceito de Desenvolvimento

As mudanças percebidas nas sociedades têm repercutido em diferentes áreas provocando novas formas de relação e interação e exigindo dos corpos teóricos existentes a ressignificação de seus modelos ou novos caminhos teóricos para representar as características atuais da realidade posta.

Boisier (2001), a despeito das mudanças conceituais sobre desenvolvimento, refere-se a dois registros importante, a Carta do Atlântico firmada por Churchill e Roosevelt, em 1941, que encerra em si a dimensão humana, na qual se expressa que:

[...] o único fundamento indiscutível da paz reside no fato de que todos os homens livres do mundo possam desfrutar de segurança econômica e social, e portanto, comprometem-se a buscar uma ordem mundial que permita alcançar estes objetivos, uma vez que a guerra já não existe. (BOISIER, 2001, p. 1, tradução nossa).

Igual conteúdo constava também na declaração apresentada pela Conferência de São Francisco em 1945, que deu forma às Nações Unidas, organização esta que tem dado atenção especial em seus estudos e reflexões ao tema do desenvolvimento (BOISIER, 2001).

Boisier (2001) compreende que por muitos anos o desenvolvimento foi tratado como sinônimo de crescimento, onde o Produto Interno Bruto (PIB) foi a medida para classificar o nível de desenvolvimento nas sociedades. Esse modelo esteve no centro dos estudos econômicos, o que para o referido autor gerou um reducionismo econômico que prejudicou a compreensão da verdadeira natureza do fenômeno.

Apenas décadas depois foi possível incluir outras dimensões ao conceito, dando uma nova forma de medir o desenvolvimento, através do conceito de desenvolvimento humano. Este conceito vem sendo aplicado a partir da década de 1990, em diversos países, dando uma outra ideia sobre o desenvolvimento. As dimensões agregadas dizem respeito, a paz como fundamento, a economia como motor do progresso, o ambiente como base para a sustentabilidade, a justiça como pilar da sociedade e a democracia como boa governança (BOISIER, 2001).

Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, em 1998, um dos responsáveis pelas mudanças incorporadas ao conceito de desenvolvimento, definiu como restrito o enfoque que relaciona desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), ao aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico e até mesmo a modernização social, embora ele mesmo ratifique a importância do PNB e das rendas pessoais para o conceito de

desenvolvimento, inclusive para o conceito de *desenvolvimento como liberdade* na sua visão. Nessa visão, o “desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2010, p. 16). Para tanto, alcançar-se-ia o desenvolvimento à medida que fossem retirados tudo o que representa a privação de liberdade como a pobreza, a tirania, a ausência de oportunidades econômicas, serviços públicos negligentes e a ação repressiva de estados ditatoriais.

As abordagens dadas ao estudo do tema do desenvolvimento produziram, na compreensão de Boisier (2001), uma verdadeira polissemia em torno desse conceito, dando a este múltiplos significados, identidades e adjetivações próprias. Para o autor, decorrem daí as diferentes tipologias de desenvolvimento que, entre outros, se destacam: desenvolvimento territorial, desenvolvimento regional, desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano e desenvolvimento endógeno.

O novo paradigma de desenvolvimento econômico acompanha o movimento de mudança observado mundialmente, sobretudo com a globalização, e surge para contribuir na interpretação dessas realidades como enfrentamento aos desafios colocados por ela. Buarque (2008, p. 15) afirma que “essas transformações na realidade pedem e estimulam o surgimento de novas ideias e conceitos para explicar a realidade e para organizar as iniciativas e ações da sociedade diante das circunstâncias históricas”.

Silva (2012), ao abordar os aspectos das mudanças que influenciaram a dinâmica econômica e suas repercussões no planejamento econômico, apresenta três importantes fatos históricos, a saber: a crise do petróleo (1970), o fim da guerra fria e a queda do muro de Berlim (1989), que aceleraram o processo de globalização. A partir de então o “paradigma teórico em que se embasava o planejamento do desenvolvimento nacional e regional do mundo capitalista, centrado em uma perspectiva economicista e centralizadora, entra em declínio” (SILVA, 2012, p. 5).

Amaral Filho (2008), também afirma ter havido um “deslocamento de paradigmas” percebido em razão das alterações sofridas pelo paradigma da ciência regional, orientado pelos princípios da escola alemã, vigente até meados de 1980, os quais repousavam sobre a ideia de que a distância e o custo de transporte constituíam-se em elementos centrais na alocação espacial dos fatores e da trajetória regional e, ainda, de que os espaços geográficos eram hegemônicos, ou seja, sem “vantagens ou desvantagens em termos absolutos ou relativos” (AMARAL FILHO, 2008, p. 3).

Os fatores que concorreram para esse deslocamento estão relacionados à: crise do planejamento e da intervenção centralizadores; reestruturação dos mercados;

megametropolização, seguida pela emergência de mega problemas urbanos; globalização e abertura econômica; tecnologia da informação e telecomunicações. Esses elementos interligados fizeram com que os preceitos da escola alemã deixassem de ser elementos centrais ou únicos e passassem a ser considerados como fatores adicionais na análise do desenvolvimento regional. Citando Paul Krugman² e Ron Martin, Amaral Filho (2008), diz que além dos custos de transportes, são importantes para o desenvolvimento regional os fatores que se relacionam com a história e o protagonismo local.

1.2 O Desenvolvimento Endógeno

É dentro desse contexto, portanto, de mudanças estruturais e paradigmáticas que surge o desenvolvimento endógeno. Ele nasce basicamente a partir de duas linhas de pesquisa: a de caráter teórico, que emerge da necessidade de uma visão de desenvolvimento que considerasse a ação pública para a evolução de localidades e regiões atrasadas; e a de caráter empírico, resultante das interpretações dos processos de desenvolvimento industrial em localidades e regiões do sul da Europa (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002).

Vázquez Barquero (2002) afirma que a teoria do desenvolvimento endógeno estabelece que, cada fator e o conjunto dos fatores determinantes da acumulação de capital criam um entorno em que os processos de transformação e desenvolvimento das economias tomam forma. Para o autor, a teoria é uma interpretação válida que contribui para o entendimento sobre como a interação desses fatores determinam a dinâmica econômica. Essa teoria trabalha ainda com ideia de que a política de desenvolvimento local é capaz de dar respostas, no local, aos desafios da globalização.

Para Silva (2012), a contribuição da teoria endogenista se dá na medida em que ela responde as questões sobre as diferenças em níveis de crescimento percebidas nas diferentes regiões, que em princípio teriam as mesmas condições quanto aos fatores produtivos. Para esse autor, foi necessário identificar, dentre os fatores que concorriam para o crescimento, àqueles inerentes ou determinados dentro da região. Deste modo, foi possível identificar que fatores de produção como “o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido” (SILVA, 2012, p. 7).

O desenvolvimento endógeno também pode ser compreendido como um processo de crescimento econômico que implica:

² Prêmio Nobel de Economia em 2008.

[...] em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões (AMARAL FILHO, 2001, p. 262).

A ideia central contida no novo paradigma estabelece que o sistema produtivo dos países se expande e se transforma considerando a existência e uso do potencial de desenvolvimento no território, dos investimentos realizados por empresas e poder público local sendo controlados pela comunidade local, em constante crescimento (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002).

A partir dessa definição é possível identificar três dimensões que se relacionam aos processos de desenvolvimento endógeno: a *econômica* que se caracteriza pela presença de um Sistema de Produção capaz de assegurar aos empresários locais garantias de competitividade, através da utilização eficiente dos fatores produtivos e da melhoria dos níveis de produtividade; a *sociocultural* identificada pelas relações estabelecidas por seus atores econômicos e sociais, ligados às instituições, formando um sistema que incorpora os valores da sociedade ao processo de desenvolvimento; e a dimensão *política*, em que se identificam as iniciativas locais que dão forma a um entorno local que incentivam a produção e fomentam o desenvolvimento sustentável (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002).

Com relação aos Sistemas Produtivos Locais, Vázquez Barquero (2002) diz que as reflexões se deram com base nos estudos sobre os países de desenvolvimento tardio do Sul da Europa; ele afirma que esses estudos permitiram identificar as condições ou fatores que viabilizaram a acumulação de capital nos sistemas produtivos locais. Dentre os fatores apresentados, ele destaca que o principal fator de competitividade está na própria organização da produção, quando esta forma redes de empresas especializadas, trabalhando com economias de escalas externas, reduzindo os custos de transação.

O desenvolvimento no âmbito local também está relacionado com a capacidade de aprendizagem do entorno, com as formas de organização social e os sistemas de valores locais que juntamente dão uma forma mais flexível ao mercado de trabalho, concorrendo para a redução dos custos de produção. Para o autor, esses fatores contribuem para a potencialização da capacidade competitiva (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002).

O território, na teoria em questão, assume grande relevância posto que é nele que se operacionaliza a interação entre processos e agentes, ao mesmo tempo em que ele possui caráter de “agente de transformação e não mero suporte dos recursos e atividades econômicas” (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002, p. 39). Para esse autor, é no território que

ocorrem as relações entre as empresas e os demais atores fomentando o desenvolvimento da economia e da sociedade. Esse entendimento é compartilhado também por Albagly e Maciel (2003, p. 423) quando afirmam que os “atores econômicos não são átomos isolados, mas encontram-se imersos em relações e estruturas sociais mais amplas”.

Vázquez Barquero (2002, p. 41) sintetiza, então, sua compreensão sobre o desenvolvimento endógeno, como um “processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população”. Diante dessa definição, as comunidades locais assumem o protagonismo nos processos de desenvolvimento endógeno, por possuírem identidades próprias e potencial organizativo que as levam ao desenvolvimento.

Logo, o desenvolvimento local surge como um conceito e também como uma ação estratégica, definido por Buarque (2008, p. 25) como sendo um “processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”.

A partir do modelo de desenvolvimento estabelecido na região central e nordeste da Itália, entre 1950 e 1960, estudos foram realizados no sentido de compreender essa alternativa de desenvolvimento, que se destaca como uma organização produtiva, em redes de pequenas e médias empresas, com ganhos sociais positivos e com interações socioterritoriais. Os estudos apontaram para uma substituição da produção em massa, característica do modelo fordista, pela despadronização dos produtos, a desverticalização da atividade produtiva, a emergência de uma nova forma de organização e divisão do trabalho, seja na indústria ou na sociedade. (COCCo et al., 2002).

Cocco et al. (2002) citam Piore e Sabel como pioneiros nesses estudos, em especial por apresentarem a noção de “especialização flexível”, baseados, por sua vez, nos trabalhos de autores italianos como Bagnasco e Brusco sobre a experiência da Terceira Itália, enquanto realidade produtiva capaz de adaptar-se às imprevisibilidades e competitividade do mercado.

Sobre a configuração flexível das redes de empresas, Cocco et al. (2002, p. 14), afirmam ter ela:

[...] assegurado rápidas respostas às flutuações quantitativas e qualitativas na demanda, a consolidação de capacidades tecnológicas endógenas (conhecimento tácito-contextual) ao meio socioterritorial e uma efetiva desconcentração produtiva com difusão, pelo território, de pequenos e médios empreendimentos. A simbiose existente entre as firmas e a comunidade local gera possibilidades de cooperação competitiva entre aquelas e potencializa a criação de externalidades positivas.

Dentre outras experiências envolvendo modelos de desenvolvimento baseados em rede, os distritos italianos têm se sobressaído como modelo de superação do modelo fordista e como alternativa de desenvolvimento a serem implementados em outras regiões. Entretanto, para Cocco et al. (2002), há outros exemplos internacionais que evidenciam o potencial econômico das pequenas e médias empresas, e da sua capacidade em constituir-se como trajetória econômica bem-sucedida. É válido destacar que esse processo remete, em certa medida, ao modelo inicial do capitalismo industrial, no qual as pequenas e médias empresas e a competição foram características seminais.

Para Cassiolato e Lastres (2003), as experiências mais discutidas, no exercício de compreender as razões do surgimento das aglomerações de pequenas e médias empresas eficientes e competitivas, são as da Terceira Itália e do Vale do Silício, EUA. Ainda, para os referidos autores, as análises deixam o foco da empresa individual, para centrarem-se nas relações entre as empresas e destas com as demais instituições, localizadas em um espaço geográfico, e nas características ambientais em que estas empresas se inserem.

1.3 Capital Social e Arranjo Produtivo local: estratégias para o desenvolvimento local

Tal como outros autores já referenciados aqui, Cassiolato e Lastres (2003) sob o prisma da visão neo-schumpeteriana³, acerca dos sistemas de inovação, dão ênfase aos aspectos locacionais dos processos de aprendizado e inovação, ou seja, atém-se à questão espacial, tomam o conhecimento tácito como relevante, da mesma forma que as instituições e organizações, as políticas e o ambiente sociocultural em que se inserem os agentes econômicos.

Segundo Cassiolato e Lastres (2003), é a partir do conceito de sistemas de inovação que se caracterizam arranjo e sistemas produtivos locais. Na definição destes autores, sistemas de inovação se constituem num conjunto de instituições que individual ou coletivamente contribuem para o desenvolvimento e difusão de tecnologias. Em termos gerais, Cassiolato e Lastres (2003, p. 24-25), acerca de tais sistemas afirmam que:

[...] o sistema é constituído por elementos (e relação entre elementos) onde diferenças básicas em experiências históricas, culturais e de língua refletem-se em idiossincrasias em termos de: organização interna das empresas, articulação entre elas e outras organizações, características sociais, econômicas e políticas do ambiente local, papel das agências e políticas públicas e privadas, do setor financeiro, etc.

³ Nessa visão, a inovação tecnológica é elemento chave da dinâmica do desenvolvimento econômico, assim como as estratégias corporativas e as políticas públicas (COSTA, 2010).

Deste modo, as análises em arranjo e sistema produtivo e inovativo local devem investigar as relações entre empresas e outros atores econômicos; os fluxos de conhecimento, em especial os de natureza tácita; as bases dos processos de aprendizagem com vistas às capacitações produtivas; e dos seus aspectos históricos, geográficos, culturais, sociais e institucionais (CASSIOLATO; LASTRES, 2003). Os autores complementam afirmando que não basta conhecer as especificidades de um determinado arranjo e entender sua dinâmica, é necessário saber sua contribuição e participação dentro das cadeias produtivas e setores nos quais se inserem, bem como nas economias regionais e internacionais.

Cassiolo e Lastres (2003) fazem uma distinção conceitual entre arranjos produtivos locais e sistemas produtivos e inovativos locais, com base nas definições feitas pela RedeSist⁴, a saber:

Arranjos produtivos locais: são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais [...] que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadora de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos [...]

Sistemas produtivos e inovativos locais: são aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial para gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 27).

O APL emerge, portanto, como uma alternativa dentro do contexto de políticas ou ações estratégicas de desenvolvimento endógeno, por considerar as particularidades ligadas, sobretudo, às dimensões socioculturais e institucionais. Dentro dessas dimensões, encontram-se o capital social e a governança como fatores de sucesso dos APL's. Silva (2012, p.11), faz uma relação importante sobre esses fatores ao afirmar que:

Na medida em que a governança e a gestão do arranjo contribuam para a criação de sinergia entre seus componentes, cresce a possibilidade de fortalecer o capital social e disseminar a implementação de projetos cooperativos, visando a introdução de processos inovativos empreendedores que promovam a geração de trabalho e renda na região de abrangência de cada setor produtivo microrregional.

A despeito da definição para o termo capital social, Piacenti (2016) afirma que não há uma definição exata para ele, entretanto, ele afirma que os indicadores relacionados ao

⁴ Rede de pesquisa interdisciplinar, que reúne universidades e instituições de pesquisa no Brasil, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, efetiva também parcerias com outras instituições na América Latina, Europa e Ásia.

capital social apresentam variáveis estruturais e de atitudes que se relacionam à formação de redes de cooperação, à perspectiva da produção de bens comuns e à capacidade de promover relações de confiança interpessoal. Ainda para este autor, a teoria do capital social foi elaborada por Robert Putnam, a partir de estudos sobre descentralização administrativa e desempenho institucional de 20 governos regionais das regiões norte e sul da Itália, no período de 1970 a 1989, cuja questão central residia sobre a diferença no desempenho entre essas regiões (PIACENTI, 2016).

Para Putnam (apud MORAES, 2003), o capital social é o conjunto das características da organização social, dentre as quais se inclui as redes de relações, as normas de comportamento, os valores, a confiança, as obrigações e os canais de confiança. Putnam, afirma que é a existência de capital social que viabiliza a tomada de decisões coletivas; ainda para este autor, as evidências históricas revelam que os fatores socioculturais, como tradições cívicas, capital social e práticas colaborativas explicam as diferenças regionais e, portanto, são decisivos para o desenvolvimento.

Piacenti (2016, p. 138), afirma que capital social assemelha-se a ideia de comunidade cívica uma vez que incorpora princípios de “participação cívica; igualdade política; sentimentos de solidariedade; confiança e tolerância e estruturas sociais de cooperação (associações)”. Para ele, a participação em organizações cívicas promove o espírito de cooperação e senso de responsabilidade comum para os empreendimentos coletivos.

A teoria do capital social parte da compreensão de que as variáveis econômicas não são suficientes para promover desenvolvimento sustentável e nem ambientalmente justo. Portanto, não está no crescimento econômico, apenas, o fator decisivo para o desenvolvimento social; para Piacentini (2016), as instituições e o sistema social responderiam às questões de acesso aos bens produzidos e da sua repartição. Encerrando essa compreensão, Piacentini (2016, p. 139) cita Putnam (2002), Coleman (1990) e Abramovay (2000) afirmando que as “redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo são fatores fundamentais do desenvolvimento local”.

Segundo Piacentini (2016) o capital social é elemento de propulsão econômica, dado que é fator produtivo e promove o alcance de objetivos que jamais seriam alcançados se não fosse a existência do capital social. Para o referido autor, o capital social se constitui num instrumento de empoderamento do cidadão, contribuindo para a formação de redes de cooperação e solidariedade. Para Piacentini (2016), o capital social pode ser incrementado pela cultura e educação para potencialização da participação dos cidadãos. O autor afirma ainda que “a cultura de uma comunidade pode colaborar para a elevação ou não dos estoques

de capital social que possam promover a ampliação da qualidade de vida e assegurar o desenvolvimento socioeconômico” (PIACENTI, 2016, p. 141).

Não obstante, o capital social tem sido colocado por instituições internacionais como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como fator que influencia na redução da pobreza e no fortalecimento das Instituições. E, em razão disso, estudos têm sido realizados no sentido de relacionar esse conceito a outros relacionados a ele como: participação social, governança e desenvolvimento local.

Para Cassiolato e Szapiro (2003), as relações estabelecidas entre agentes locais e os agentes de fora do território, numa articulação entre empresa e instituições, ocorrem dentro de um sistema de coordenação. E, a necessidade em compreender a forma como esse sistema se estabelece é que torna a governança crucial.

Entretanto, para entender a relevância da governança é preciso localizar esse conceito, dentro do corpo teórico do desenvolvimento econômico. Os estudos sobre governança têm suas raízes históricas na teoria da firma, base da teoria do agente-principal. Segundo essa teoria, os gestores ou agentes atuam no sentido de atender seus próprios interesses, em detrimento aos interesses do principal, ocasionando com isso conflitos ou problemas de agência. A fim de solucionar os problemas de agência, os autores Jensen e Meckling (apud ZORZAL, 2015), apontam um conjunto de medidas para se minimizar os conflitos resultantes de interesses difusos, com o objetivo de assegurar os objetivos da organização. As medidas constituem-se em ações de monitoramento, controle e divulgação de informações. Práticas essas, as quais se denominam de governança (ZORZAL, 2015).

A governança engloba as dimensões da governabilidade e envolve padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e arranjos institucionais que coordenam transações econômicas, ou seja, a governança se efetiva num campo mais amplo e envolve a sociedade como um todo (GONÇALVES, 2016). Ainda para esse autor, a governança é compreendida como um processo capaz de produzir resultados eficazes, sem o exercício do poder de “polícia” ou da coerção, mas usando a dimensão estatal da governabilidade.

Para a United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (UNESCAP) (2016, não paginado, tradução nossa), “o conceito de governança significa: um processo de tomada de decisão e o processo pelo qual as decisões são implementadas (ou não implementadas)”. A Comissão também afirma que a governança pode ser implementada em diferentes contextos, derivando daí as diferentes caracterizações dela, como governança corporativa, a governança internacional, governança nacional e governança local (UNITED...,

2016).

Marques (2007) afirma que a governança corporativa relaciona-se ao modo como as empresas são dirigidas e controladas, ou seja, relaciona-se ao poder de controle e direção, em suas diferentes formas de exercício, abrangendo os interesses que estão ligados à vida das sociedades comerciais. Na governança corporativa são destacados como instrumentos de fiscalização e controle na gestão de uma companhia os deveres legais atribuídos aos administradores e acionistas, a atuação independente do conselho de administradores e o sistema de informação eficiente. A governança corporativa visa equilibrar a competitividade e a produtividade da empresa mediante uma gestão responsável e transparente. Essa cultura de transparência nos negócios e gestão nas sociedades, foi gerada pela aplicação de leis, regulamentos e auto-regulação (MARQUES, 2007).

Quanto aos princípios da governança corporativa, eles foram construídos pela OCDE, e repousam basicamente em: os direitos dos acionistas; o tratamento equitativo dos acionistas; o papel dos terceiros fornecedores de recursos; acesso e transparência da informação; e a responsabilidade da diretoria e do conselho da administração (MARQUES, 2007).

No âmbito das organizações públicas, a governança tem seu histórico relacionado às ações do Banco Mundial, como medida para tornar as ações governamentais mais eficientes. Segundo o Banco Mundial (apud GONÇALVES, 2016, não paginado), a governança relaciona-se a forma como o poder é exercido, o que para ele implica “na capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir missões”. Os esforços do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) são no sentido de tornar menor o setor do Estado, tornando-o mais racional e eficiente.

O termo governança tem se popularizado, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas e seu uso disseminado tem se aplicado de forma inapropriada, trazendo com isso confusão na compreensão do seu significado. Porém, Marques (2007) afirma que o conceito de governança relaciona-se com a *accountability*, e sua vantagem reside na possibilidade que ele tem de agregar um número de processos destinados a assegurar a *accountability* nas instituições públicas, ainda que sua fase inicial tenha se dado na esfera das instituições privadas. O termo *accountability* não possui uma tradução precisa para o português, mas sua conceituação envolve a responsabilização do gestor em prestar contas de seus atos.

A transparência e a *accountability* apresentam-se como princípios sobre os quais se fundam a boa governança. “A transparência é o modo pelo qual se alcança a *accountability* no setor público” (ZORZAL, 2015, p. 69). E essa prática de governança deve atender aos

interesses de seus stakeholders, dado que estes têm participação nas tomadas de decisão da organização e elas, as decisões, precisam ser racionais. Logo, torna imprescindível a prestação de contas, que ficará em prejuízo caso não haja transparência.

Neste contexto, a informação e a sua comunicação têm papel estratégico na viabilização da *accountability* pelos gestores. Assim, a informação aqui é compreendida como força constitutiva da sociedade, em que além de ser afetada pelo ambiente, a informação constitui-se como elemento que afeta outros elementos do ambiente. Essa concepção é aplicável a uma gama de fenômenos e processos em que a informação está envolvida. Também pode ser aplicada a estruturas sociais de qualquer nível de articulação e complexidade; seu fluxo e uso têm enorme poder na construção de nossa realidade social.

[...] a informação constitui um avanço fundamental no desenvolvimento atual das nações. A revolução da informação que se revela atualmente afeta a forma de viver, aprender e trabalhar das pessoas e, na forma como os governos interagem com a sociedade civil. A informação, transformada em conhecimento é uma ferramenta poderosa e agora, mais do que nunca, relevante na evolução econômica e cultural de qualquer sociedade (ORTIZ et al., 2008, p. 51, tradução nossa).

Zorzal (2015) afirma que a *accountability*, tanto quanto o termo governança, tem sido utilizado de forma diversa e ampla, em diferentes contextos, com diferentes implicações, por isso a autora reforça a necessidade da sua compreensão pela sociedade, enquanto instrumento capaz de subsidiá-la no julgamento quanto ao desempenho da gestão, se os objetivos propostos foram alcançados; o contrato firmado entre o principal e o agente, se importa renová-lo ou se é melhor contratar novo agente. Neste contexto, acerca da informação, a autora afirma: “somente com informações mais transparentes será possível fazer tais inferências. Por isso, o esforço para aumentar a qualidade da informação é essencial para uma melhor avaliação do cumprimento do contrato [...]” (ZORZAL, 2015, p. 51).

A UNESCAP (2016) conceitua a governança e também dá uma amplitude maior ao conceito ao estabelecer as dimensões ligadas a esse conceito, definindo-a como a boa governança e, dessa forma, apresenta as 8 (oito) características essenciais para a boa governança, quais sejam: Participação, Estado de Direito, Transparência, Responsividade, Consensual, Equidade e inclusão, Efetividade e eficiência e Prestação de contas.

Quando a referida Comissão apresenta a governança, os contextos em que ela pode ocorrer, os atores envolvidos tanto nos processos formais e informais de tomada e implementação de decisões, assim o faz relacionando-a a processos de desenvolvimento de um país, bem como ao mau desempenho de nações quando da ausência da boa governança. Também a apresenta como um estado ideal em que pouquíssimos países e sociedades

chegaram a alcançar. Contudo, afirma que a boa governança é condição indispensável para que se assegure desenvolvimento humano sustentável (UNITED..., 2016).

Com isso, pode-se traduzir governança como um mecanismo de fomento e participação, nos processos de decisão local envolvendo diversos agentes, como o Estado, nas suas diferentes esferas, empresas privadas locais, cidadãos e trabalhadores, organizações não governamentais, dentro de um contexto de estabelecimento de práticas democráticas (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003). Em síntese, pode-se traduzir governança como a forma de articulação e cooperação democrática e virtuosa entre o mercado, a sociedade civil e o governo.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Pará é um território com peculiaridades do ponto de vista social, cultural e econômico. É reconhecidamente um Estado com importante potencial econômico, com recursos naturais, dos quais se pode destacar a bacia hidrográfica de água doce. Não obstante, são conhecidos ainda seu potencial energético, o banco genético e o vasto território com potenciais econômicos ainda inexplorados.

Por outro lado, têm-se indicadores sociais que apontam para uma condição social que está em oposição aos aspectos de riqueza referidos anteriormente. Quanto a sua população, é dado que aproximadamente 19,4% dela estão abaixo da linha da pobreza e 38,7% em situação de pobreza. Esta mesma população possui níveis de formação educacional abaixo dos indicadores nacionais. O acesso às políticas públicas de saúde, saneamento, bem como às ações de garantias legais como o registro civil infantil, ainda é precário.

O Pará tem uma economia historicamente pautada na produção extrativista, e as ações governamentais de incentivo a economia de mercado e modernização dos municípios, não se espalhou para todas as regiões, de modo que os padrões de crescimento e renda são bastante desiguais nos municípios paraenses (SILVA; AMIN; NUNES, 2015).

Essa desigualdade regional, segundo Silva, Amin e Nunes (2015), é percebida a partir da análise do PIB estadual de 2012, em que se constataram baixíssimos níveis de sustentabilidade dos municípios paraenses. Dentre esses, destacam-se os municípios que formam a mesorregião do Marajó. Ainda para os autores, essa desigualdade é resultante do “baixo dinamismo da economia e de condições sociais precárias” (SILVA; AMIN; NUNES, 2015, p. 280).

A partir da mensuração do Índice de Sustentabilidade Econômica dos Municípios Paraenses (ISMA)⁵, foi constatado que dos 144 municípios existentes no Estado do Pará, apenas o município de Parauapebas foi classificado com *nível de baixa sustentabilidade*, enquanto os demais estão classificados com *nível muito baixo de sustentabilidade econômica* (SILVA; AMIN; NUNES, 2015).

A dinâmica produtiva dos municípios está representada pelos seguintes setores: serviços, 52,02%, indústria, 41,39%, e o agropecuário, 6,58%. Outro aspecto importante a ser retratado é com relação à concentração de renda nos municípios do Estado; os dados mostram

⁵ Índice composto por três indicadores, nível de renda, dinamismo econômico e arrecadação tributária, que sintetizam informações de seis variáveis, rendimento mensal de pessoas com 10 anos ou mais de idade, renda per capita, crescimento do PIB, PIB per capita, receita do ICMS per capita e receita do ISS per capita. (SILVA; AMIN; NUNES, 2015, p. 282)

que 69,15% da riqueza produzida está concentrada em apenas 10 municípios, a saber: Belém, Parauapebas, Ananindeua, Marabá, Barcarena, Tucuruí, Santarém, Canaã dos Carajás, Castanhal e Paragominas. Sendo a concentração maior em Belém e Parauapebas. Os dados reunidos expressam não apenas uma baixa dinâmica produtiva, mas, também, a concentração de renda (SILVA; AMIN; NUNES, 2015).

2.1 Formação territorial da Região do Capim

Os povos indígenas construíram a história da Amazônia, nos períodos que antecederam a ocupação colonial europeia. Belém, fundada em 1616, constituída como “epicentro” do processo de colonização portuguesa, representou para este, ao mesmo tempo, o assentamento de bases para o controle, para entrada pelos rios e o domínio do território formado pelas florestas (CASTRO; CAMPOS, 2015).

As frentes de colonização se estenderam acompanhando o curso dos rios, dentre os quais se destacam: Acará, Capim, Araguaia, Xingu, Tapajós, Madeira e Trombetas, conformando-os como pontos estratégicos para a expansão territorial, religiosa e mercantil (CASTRO; CAMPOS, 2015).

Miranda (2009), descreve do mesmo modo a formação territorial da Amazônia, em especial, o leste do Pará, considerando as áreas compreendidas entre os rios Gurupi, Capim, Acará e Moju. Para a autora, em 1616, ano referente ao período conhecido como “União das Coroas Ibéricas”, Felipe III, determinou o envio de tropas portuguesas para a ocupação militar da embocadura do Rio Amazonas, área esta povoada por populações indígenas.

As terras indígenas eram cobiçadas pelos colonizadores em razão da possibilidade de explorar algum produto, além da mão-de-obra indígena, para a exploração desses mesmos produtos. Deste modo, os colonizadores passaram a demarcar suas capitânicas nos territórios indígenas (MIRANDA, 2009).

Marin (2009a), afirma que em 1778 foi desenhado o Mapa do Estado e Capitânicas do Grão Pará e Rio Negro, representando o mapa da ocupação do território correspondente aos vales dos rios Guamá, Acará, Moju e Capim e apresentando o recenseamento do século. Nesse mapa constava que havia na referida região a presença de 37 senhores de engenho e 283 lavradores.

Para Marin (2009a), no decorrer dos séculos XVIII e início do século XIX, é possível observar importante concentração do trabalho escravo, para sustentar a economia agrícola, formada especialmente por roças, canaviais e a extração de madeiras. A ocupação econômica

das margens dos rios Moju, Acará, Guamá, Capim e Bujaru, intensificada em razão dos interesses mercantis, também promoveu o aumento do número de quilombos nessas áreas.

Encontravam-se às margens dos rios Moju, Acará e Capim vários engenhos e sítios que davam-se ao cultivo da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e aguardente. Não obstante, encontravam-se nessas áreas as Fábricas Reais de Madeira, além da agricultura de subsistência (MARIN, 2009a). Roque, citado por Marin (2009a), sobre o Rio Acará, afirma que ele seria explorado por aventureiros, dada a fertilidade de suas margens e a riqueza presente em suas madeiras de Lei. Dessa forma, efetivou-se rápida ocupação, fomentada, sobretudo, pelo interesse na exploração de madeiras reais, abundantes nas margens do rio Acará.

Como mão-de-obra arregimentada para extração da madeira, eram utilizados trabalhadores indígenas que realizavam basicamente o corte e a retirada das toras de madeira do interior da floresta. Tal exploração culminou com a extinção, nos séculos seguintes, de espécies como o pequiá (*Carycar villosum*), Angelin e Pau-d'arco. Já em 1796, a Fábrica Real do Acará, praticamente ficou inviabilizada em razão do esgotamento das três referidas espécies (MARIN, 2009a).

Entretanto, o cultivo da cana-de-açúcar também constava entre os interesses dos colonizadores, estimulado pela demanda por açúcar e aguardente advinda das necessidades externas e internas à colônia. A cachaça era tida como moeda de troca ou meio de pagamento aos trabalhadores indígenas. Durante o período colonial foram instalados engenhos nos rios Moju, Bujaru, Guamá, Acará e Capim, e neles se destacavam a tecnologia da indústria de ferro inglesa. Consta nos escritos de Marin (2009a), que no Moju havia engenho de cana, movido por roda hidráulica, o que se constituiu a época, em uma destacada inovação tecnológica. No ano de 1780, houve a introdução da mão-de-obra da África, com vistas a atender a produção de açúcar nos engenhos (MARIN, 2009a).

Castro e Campos (2015) afirmam que a produção extrativa vegetal e animal serviam ao mesmo tempo para alimentar o comércio de Belém e também para barganhar com as autoridades um número maior de trabalhadores, inicialmente indígenas e logo após de africanos. A outra parte dessa produção servia às exportações, que apesar das oscilações, mantinham-se crescentes no Pará, nos séculos XVIII e XIX.

A base da circulação de riquezas, nesse período estava, portanto, na economia extrativa e alicerçava-se em dois circuitos mercantis, a coleta de drogas do sertão (salsaparrilha, canela, castanha-do-pará e cacau) associada à extração de madeiras e a uma agricultura não tão expressiva, baseada nos saberes tradicionais indígenas; ainda,

caracterizava-se pelas plantações de cacau, cana-de-açúcar, arroz, café e algodão, a criação de gado, a construção de engenhos de cana-de-açúcar, e da extração de madeira nas Fábricas Reais (CASTRO; CAMPOS, 2015).

Coelho e Monteiro (2009) afirmam que essa sequência de eventos históricos ocorrida entre os séculos XVII e XIX, assim como “as forças criadoras” nas esferas socioeconômicas e políticas, constituíram as bases que vieram influenciar o desenvolvimento, a produção do espaço e a formação desse território no século XX. Neste sentido, os autores destacam a importância do fator histórico para a formação do desenho geográfico da região.

Para Cardoso, Lima e Barbosa (2009c), as ocupações nesse território apresentavam como ponto comum a expansão das atividades econômicas e das frentes populacionais e de trabalho. Para os autores, essa expansão foi favorecida pela acessibilidade fluvial e posteriormente pela abertura de estradas, penetrando terra firme adentro promovendo um afastamento gradativo das áreas de várzea ocupadas pelas populações ribeirinhas. Ainda, para os autores, a acessibilidade fluvial prevaleceu até 1960, quando se deu início a abertura de novas estradas, configurando ao que os autores denominam de “advento de rodoviarismo”. A partir de então as estradas passaram a ser determinantes na produção do espaço regional, possibilitando o surgimento de novas cidades e criação de novas “hierarquias de aglomerações” (CARDOSO; LIMA; BARBOSA, 2009c, p. 307).

Já para Coelho e Monteiro (2009), a ocupação ou povoamento das terras firmes, no século XX, entre os Rios Acará e Acará-Mirim foi orientada pelo governo. E como resultado dessa ação, em 1929, foi efetivada a colônia nipônica no município de Acará. Os autores Cardoso, Lima e Barbosa (2009c), também destacam a presença dos imigrantes japoneses como evento importante na história e na geografia do estado do Pará.

Inseridas nos contextos de ocupação regional, a gênese do fenômeno urbano na área de estudo esteve relacionada, em particular a dois eventos importantes na história e na geografia do Pará: 1 – a fundação da colônia Japonesa de Tomé-Açu, em 1929, que seria o ponto inicial da ocupação efetiva e da urbanização nas terras da Bacia do Rio Acará-Mirim; e 2- a abertura da rodovia Belém-Brasília (BR-010), cujo eixo serviu, desde então (fins dos anos 1960), à instalação de diversos povoados (CARDOSO; LIMA; BARBOSA, 2009c, p. 307).

2.1.1 Dos povos Tembé-Tenetehara

Em todo o estado do Pará, observa-se a presença de populações indígenas diversas. Dentre os povos indígenas destacam-se os Tembé-Tenetehara, formado por dois grupos: os Guajajara (parte oriental) e os Tembé (parte ocidental). As informações iniciais sobre os Teneteharas remontam ao século XVII, época em que habitavam o vale do Rio Pindaré e em

que foram aldeados por missionários jesuítas. Parte dos Tembé-Tenetehara migraram para o estado do Pará, estabelecendo-se em aldeias ao longo dos rios Gurupi, Guamá e Capim. No Pará, estes índios passaram a ser conhecidos como Tembé, e foram reunidos no Rio Capim, no Aldeamento de Nossa Senhora da Conceição (HENRIQUE, 2009).

Os Tembé foram arregimentados para o trabalho na extração do óleo de copaíba e para as tarefas de remeiros e agentes para a obtenção de ouro, madeira de lei e borracha. Eles também estavam submetidos à exploração pelos regatões que cometiam abusos, por vezes, embriagando-os para enganá-los ou até mesmo para cometer abusos sexuais contra suas mulheres. No século XX, pelo ano de 1945, os Tembé já mantinham contato com “civilizados”, para a comercialização de madeira. Com a entrada de colonos na área indígena, foi favorecido o casamento entre membros de outras etnias ou mesmo não-índios, o que contribuiu para a imposição da língua portuguesa sobre a língua Tembé (HENRIQUE, 2009).

A população total dos Tembé, em 2006, era de 1.423 indígenas e estava distribuída em três Terras Indígenas (T.I.) e duas Áreas Dominiais Indígenas (ADI)⁶. De acordo com Henrique (2009, p. 284) a distribuição das aldeias Tembé, que incidem sobre o município de Tomé-Açu, apresenta-se da seguinte forma:

- A T. I. Tembé (1.075 ha) possui uma única aldeia chamada Acará-mirim. Incide sobre o município de Tomé-Açu e é habitada por 113 índios;
- A T. I. Turé-Mariquita é, na verdade, formada por 146 há de Terra Indígena e 587, 99 ha de Áreas Dominiais Indígenas, totalizando 733,99 ha. Incidindo sobre o município de Tomé-Açu, nela residem 78 Tembé, distribuídos em duas aldeias, Turé (com a presença de índios Munduruku) e Nova;
- A outra ADI se chama Urumatewa, com uma aldeia com o mesmo nome, onde residem 18 índios, também incidindo sobre Tomé-Açu.

Nas terras ou áreas indígenas, Tembé, Turé Mariquita e Urumatewa (circunscritas ao município de Tomé-Açu) registram-se a presença dos povos indígenas Tembé e os Tembé Munduruku. Segundo o levantamento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 2006, adaptado por Henrique (2009), a população nessas áreas era de 243 indígenas, sendo 113 Tembé, 78 Tembé Munduruku e 58 Tembé.

⁶ As ADI são áreas ocupadas por índios, mas não se constituem em terras indígenas criadas pelo governo federal, e sim fruto de doações de empresas (HENRIQUE, 2009, p. 284).

2.1.2 Dos grupos Quilombolas

Povoados, sítios, vilas e retiros foram surgindo às margens dos rios Guamá, Acará, Moju, Capim e Gurupi, e nelas se estabeleceram índios e colonos, constituindo nesses lugares, suas moradias e lugar de trabalho. Índios e colonos eram predominantes sobre os grupos negros até o final do século XVIII. Situação esta invertida no século seguinte em razão da contratação dos africanos para o trabalho no cultivo de plantações de cana-de-açúcar, entre outros, substituindo os indígenas até então arregimentados para essa tarefa (MARIN, 2009b).

Ao longo desses rios formaram-se as primeiras fazendas e nelas existia importante concentração de trabalhadores escravos, cujo comércio e as subvenções da administração favoreciam a compra dos escravos africanos. Nessas fazendas e nos engenhos houve os movimentos de fuga e revoltas, ou de contestação e nelas se estabeleceram formas de negociação com a ordem escravagista (MARIN, 2009b).

Para Salles (2005), em pleno século XVIII, já havia registros acerca da fuga de negros no Pará, mesmo que as crônicas ainda não revelassem a existência de numerosa escravidão no Estado, já havia notícias sobre a existência de quilombos e das providências necessárias a serem tomadas para destruí-los. Este entendimento também é corroborado por Castro e Campos (2015):

No final do século XVIII, registram-se centenas de engenhos nas redondezas de Belém, nas ilhas e na terra firme, como na ilha de Trambioca, no Moju, Acará, Bujaru, Cametá, Inhangapi, Barcarena, Beja, Conde, Capim, alguns deles guardam como testemunho as ruínas que resistem até o presente. [...] Essas informações coincidem com os registros históricos de fuga de escravos e de missões de captura empreendidas pela administração colonial. Conformava então uma faixa de ocorrência de quilombos e muitos deles espalhavam pelos rios Guamá, Acará, Moju, Bujaru, Capim, Caeté, dentre outros, e Igarapés, não raramente nas suas cabeceiras (GOMES, 1999; CASTRO, 2006, apud CASTRO; CAMPOS, 2015).

Segundo Marin (2009b), os grupos negros permaneceram nessas terras, submetidos a diferentes formas de dominação. Na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, alguns desses grupos receberam terras como herança - em menor número, já outros as ocupavam por se tratar de fazendas abandonadas; havia ainda os que as conquistaram mediante organização em quilombos. Entretanto, pressionados pelo mercado de terras, os territórios quilombolas tornaram-se espaços para a expansão da pecuária, exploração mineral, agronegócio e redes de infraestrutura (MARIN, 2009b).

2.1.3 Dos Imigrantes Japoneses

A vinda dos imigrantes japoneses para a Amazônia foi viabilizada inicialmente para atender aos interesses de governos e capital/empresários dos dois países, Brasil e Japão. Segundo Homma, Freitas e Ferreira (2011) havia dois objetivos a serem alcançados com essa ação: a expansão do capital e a garantia da “tranquilidade doméstica” ou da ordem nacional. Dando continuidade a ação coordenada pelo Estado, foram iniciadas campanhas no Japão por agências, funcionários públicos e empresários locais, com vistas a “exportar” pessoas e capital para o Brasil (HOMMA; FREITAS; FERREIRA, 2011).

No Pará, o governador Antônio Emiliano de Sousa Castro, em 1923, acena favoravelmente para o embaixador japonês no Brasil, Hichita Tatsuke (1867-1931), a vinda de seus imigrantes ao Estado. Para tanto, o referido embaixador envia um engenheiro agrônomo, que veio acompanhado de um bolsista, numa viagem de inspeção agrícola para ter contato com o governador. Em 1928, o governador Dionísio Ausier Bentes (1881-1949), mediante Lei de Nº 2.746 de 13 de novembro do mesmo ano, concede 600.000 ha de terras no Acará e 400.00 ha em Monte Alegre, além de outros seis lotes distribuídos em Marabá, Castanhal e Conceição do Araguaia. Em razão das distâncias e dificuldades de acesso, a concessão ficou concentrada na região onde se localiza Tomé-Açu e um pouco menos em Castanhal e Monte Alegre (YAMADA, 1999; HOMMA, FREITAS; FERREIRA, 2011).

Os investimentos expansionistas japoneses foram apoiados por seu governo, que inicialmente responsabilizava-se pela efetivação de colonos em terras estrangeiras. Posteriormente essa responsabilidade passa a ser repartida com empresas japonesas. Dentre essas, destaca-se como principal fomentadora e gestora a empresa “*Kanegafuchi Bôseki Kabushiki Kaisha*”, conhecida como KANEBO. Como investida desta empresa, é criada a empresa ou empreendimento “*Nanbei Takushoku Kabushiki Kaisha*”, ou NANTAKU, que no Brasil adotou a razão social de “Companhia Nipônica de Plantação do Brasil”, com a finalidade de efetivar: colonização ultramarina; venda e compra de terras; administração de terras adquiridas e a realização de atividades comerciais e industriais relacionadas aos núcleos de colonização (KATO, 1995).

Cria-se então, a partir dessa relação, a primeira colônia japonesa no Acará, que se efetiva como assentamento para 189 imigrantes (43 famílias e 8 solteiros) inicialmente, seguidos de outros 192 (34 famílias) que tinham como objetivo implementar a produção agrícola do cacau. A área de 600.000 ha. doada pelo governador Dionísio Bentes, foi dividida em lotes de 50 ha. os quais foram distribuídos para as famílias que tinham a responsabilidade

de retirar dessas terras os subsídios para o seu próprio sustento e os recursos para saldar a dívida adquirida pela implantação do referido empreendimento. Tal qual os primeiros colonizadores - que viram nos vales dos rios Guamá, Acará, Moju, Capim e Gurupi, regiões economicamente estratégicas, a colônia do Acará também foi escolhida por seus empreendedores pelas possibilidades oferecidas pelo Rio Acará-Mirim e por este apresentar maior profundidade que os demais rios da região (KATO, 1995; HOMMA; FERREIRA, 2011).

Os colonos assentados tinham como prioridade a cultura do cacauzeiro - com vistas ao mercado externo, e a cultura do arroz para a sua subsistência. Para a cultura do arroz os colonos já traziam experiências, posto que é uma cultura milenar, entretanto para a cultura do cacauzeiro os técnicos da Companhia Nipônica de Plantação do Brasil, sem experiência anterior, baseavam-se em conhecimentos de obras traduzidas no Brasil e tentavam os colocar em prática. Deste modo, os colonos passaram a produzir o cacau, hortaliças e arroz, entretanto, em razão da distância entre a colônia e o centro comercial de Belém, não tinham para quem vender sua produção, ficando grande parte dela perdida na lavoura (KATO, 1995; PAUL, [1993?]).

Além das dificuldades iniciais e as condições econômicas desfavoráveis, as doenças como a malária, febre negra ou febre hemoglobinúrica, dizimaram grande parte dos imigrantes e levaram outros ao êxodo, de modo que das 374 famílias que chegaram, restaram apenas 98. Diante de tantas adversidades, os colonos ficaram impossibilitados de garantir sua própria subsistência e de efetivar o pagamento dos 30% à Companhia (percentual a ser repassado à Companhia a partir da produção obtida na terra). Com efeito, se estabeleceu o conflito entre ela e os colonos, levando-os a negarem-se ao pagamento dos 30% (KATO, 1995; PAUL, [1993?]).

[...] ocorreram fatos que trouxeram à tona uma divergência entre os colonos e a companhia. Havia uma cláusula no contrato, segundo a qual trinta por cento dos produtos obtidos da terra pertenceriam à Companhia. Os colonos, achando injusta essa cláusula, rebelaram-se exigindo sua revogação: foi o chamado dissídio dos trinta por cento (TSUNODA, apud KATO, 1995, p. 15).

Diante dos conflitos gerados entre colonos e a Companhia, esta deixa de injetar recursos retirando apoio logístico aos colonos, desta feita a NANTAKU e KANEBO saem considerando o empreendimento fracassado na Amazônia, restando muito trabalho aos colonos que permaneceram. A Companhia é assumida por Iguchi, com as seguintes orientações: autonomia completa à colônia; corte de despesas e apoio total à cooperativa,

seguindo o modelo de experiências anteriores de colônias japonesas no pacífico sul. E com isso, é efetivada a transferência da administração da colônia aos colonos (KATO, 1995).

A autonomia dos colonos é fomentada pela Companhia e assim, funda-se em 1931 a Cooperativa de Hortaliças. A organização dos colonos em cooperativa foi a alternativa encontrada diante da impossibilidade de tornarem-se trabalhadores assalariados na região – tal qual seus compatriotas no sul do Brasil. Deste modo, a Cooperativa torna-se responsável pela produção, transporte e comercialização dos produtos, assim como a compra de outros gêneros necessários à produção agrícola e de subsistência dos colonos (KATO, 1995).

A Segunda Guerra Mundial representou um duro golpe nas expectativas dos colonos imigrantes no Pará. Segundo Nunes (2006), as relações diplomáticas nipo-brasileiras foram deterioradas, a neutralidade do governo brasileiro diante do conflito bélico mundial, deu lugar a oposição, que foi formalizada com o decreto de Nº 18.811, de 6 de Junho de 1945, no qual o país se declarava em guerra contra o Japão. Ainda, conforme Nunes (2006, p. 100), outras medidas foram tomadas:

Entre a neutralidade e a declaração de hostilidade, outras medidas foram tomadas a exemplo do fechamento de escolas de idiomas estrangeiros, em 1938, e medidas especiais referentes a empresas que contassem com a participação de alemães, italianos e japoneses (Decreto-lei n.º 4.717 de 21 de setembro de 1942).

Como efeito dessa ação, e em represália ao povo japonês, o governo brasileiro cancelou o alvará de funcionamento da Companhia, fazendo com que alguns de seus funcionários voltassem ao Japão. Outros permaneceram e tiveram que trabalhar como agricultores na colônia do Acará. Essa colônia passa então a se constituir como um “campo de concentração” (em que pese não ter ocorrido crimes de guerra ou mesmo outras atrocidades), para onde foram levados alemães, italianos e demais japoneses que haviam se retirado da colônia, quando da sua implantação. Os moradores da colônia ficaram proibidos de se organizarem, de comunicarem-se na língua japonesa e também tiveram seus documentos confiscados e queimados. A cooperativa sofre intervenção do Estado (KATO, 1995; AIHARA, 2011).

Em meio à Segunda Guerra Mundial, uma área policiada enclausura dezenas de famílias estrangeiras. Falar seus idiomas nativos é garantia de punição. Reuniões são proibidas; as correspondências, censuradas. Toques de recolher e racionamento de energia regem o cotidiano de supostos colaboradores dos países inimigos. O endereço deste campo de concentração é a Vila de Tomé-Açu, no Pará. [...] Pelo menos 480 famílias japonesas, 32 alemãs e algumas poucas italianas foram levadas do Pará e do Amazonas para Tomé-Açu. A viagem de Belém até a vila, que ficava na Ilha de Acará, era feita de barco a vapor e durava de 15 a 18 horas. Muitos imigrantes desejavam ir para o campo, que funcionou entre 1943 e 1945, para se livrarem da depredação de

suas casas e lojas, promovida por brasileiros que se autointitulavam patriotas (GRANDELLE, 2014, não paginado).

Terminada a guerra, os colonos pedem a suspensão da intervenção e são atendidos pelo governo; logo retomam a responsabilidade de reorganizar a Cooperativa. Deste modo, é obtida em 1949, a legalização da mesma, passando a chamar-se Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. Nesse momento de retomada, os cooperados decidem dedicar-se a cultura da pimenta-do-reino, que passa então a ser difundida entre os colonos, ao mesmo tempo em que estudavam o melhor manejo para a essa cultura. Com a boa cotação da pimenta-do-reino no mercado mundial, os colonos obtiveram bom rendimento, renda esta que foi investida no melhoramento da produção, na compra de caminhões e tratores que foram trazidos de barco, de São Paulo para colônia. Também é desenvolvido um centro comercial, abrindo possibilidades para o estabelecimento de outras formas de comércio, dando fim a forma de “aviamento” estabelecida até então (KATO, 1995).

Em 1959, é estabelecida, a segunda colônia que recebeu o nome de Brasilândia, constituída a partir da aquisição de 300.000 ha.; assim os imigrantes da 2ª colônia, aportam em condições menos desfavoráveis que os primeiros, encontrando na região, hospital, estradas, depósitos, etc., infraestrutura garantida pelo governo japonês (KATO, 1995).

Atualmente a comunidade nipônica em Tomé-Açu está formada por 380 famílias de japoneses e seus descendentes e têm como principal atividade econômica a agricultura familiar cujos produtos agrícolas advêm do Sistema Agroflorestal (SAF), que se constitui em importante tecnologia em agricultura sustentável, modelo transferido a outros agricultores familiares na região e em outros países, como Bolívia e África (informação verbal)⁷.

2.1.4 Aspectos Sociais e Econômicos da Região de Integração do Rio Capim

O município de Tomé-Açu compõe, juntamente com outros 16 municípios paraenses⁸, a região de integração Rio Capim, cujo processo de ocupação inicial ocorreu através dos Rios Capim e Acará, sendo intensificado posteriormente com a abertura das rodovias BR- 010 e BR- 222. Essa região está situada no nordeste paraense e possui extensão territorial de 62.000km², representando 5% de todo o território paraense. Na Região de

⁷ Informação obtida mediante entrevista com o Diretor-presidente da Associação Cultural e Fomento Agrícola de Tomé-Açu (ACTA), Alberto Keiti Oppata e Michinori Konagano, diretor Presidente da CAMTA.

⁸ Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará e Ulianópolis.

Integração Rio Capim, estão concentrados 8% da população total do estado, um total de 648 mil habitantes (PARÁ, 2015).

A economia da região contribuiu no ano de 2012, com 4,3 bilhões para o estado paraense, tendo como destaque entre os setores da economia, o de serviços com o maior valor adicionado, 55%, envolvendo as atividades da administração pública (municipal, estadual e federal) e da iniciativa privada. Segue a esse, o setor da indústria correspondendo a 24% da economia regional, em que se destaca a produção de caulim, em Ipixuna do Pará, e bauxita em Paragominas. O setor agropecuário segue com 15%, e nele se destaca a produção de grãos, como a soja e o milho - produtos de maior expressão, além da produção bovina. A economia foi incrementada ainda com 5,9% advindas do recolhimento de impostos (PARÁ, 2015).

No que diz respeito a ocupação das pessoas, a região do Capim, registrou em 2010, um total de 220 mil pessoas ocupadas (8% do total do estado), dentre os municípios que apresentaram o maior número de pessoas ocupadas, estão Paragominas, com 17%, seguido de Tomé-Açu, com 10% de pessoas ocupadas. Com relação a renda da população da região do Capim, os indicadores expressavam em 2010, que 42,39% são de pessoas pobres, percentual este mais elevado que o do estado do Pará que é de 32,33% pessoas pobres (PARÁ, 2015).

Com relação aos indicadores da educação, a região do Capim apresentou em 2010 uma taxa de 19% de analfabetismo, entre as pessoas com mais de 15 anos, taxa essa superior a do estado que foi de 11,74%. A frequência escolar no ensino fundamental também apresentou taxas menores que a do estado, 90% na região, contra 91,33% da média estadual. No ensino médio, a taxa foi de 23%, inferior a do estado que foi de 31,01% (PARÁ, 2015).

Outro indicador importante para região, na área da saúde, é o de mortalidade infantil, que em 2013 registrou uma taxa de 14,8 mortes infantis para cada mil nascidos vivos. Este indicador acompanha a tendência de queda que vem sendo verificada no Brasil e no mundo. A Organização Mundial de Saúde registrou que as mortes de menores de 5 anos foram reduzidas de 12,7 milhões em 1990, para 5,9 milhões em 2015, entretanto, ainda morrem 16 milhões de crianças e esta redução ainda não é suficiente para alcançar os objetivos do milênio (PARÁ, 2015; UNICEF, 2017).

Quanto ao saneamento básico e habitação, eles indicam que em 2010, havia um déficit habitacional de 27,7%, cerca de 40.000 domicílios; além disso 85% dos domicílios, possuía renda de até 3 salários mínimos, em 2010. Quanto aos domicílios, 48% conta com abastecimento de água; 85% possui água encanada; 57% possui esgotamento sanitário e 85% contam com a coleta de lixo (PARÁ, 2015).

No que concerne à segurança, tem-se que a Região de Integração do Rio Capim

registrou, em 2012 médias inferiores ao do estado. A taxa de homicídio foi de 18,78%, contra 41,69% no estado; os assassinatos de jovens (por 100 mil jovens) registraram taxa de 57,35%, contra 77,86% no estado. Por sua vez, a taxa de morte por acidentes no trânsito (por 100 mil habitantes), registrou taxa de 39,49%, neste indicador a taxa foi maior que a registrada no estado, que foi de 21,50% (PARÁ, 2015).

A vulnerabilidade envolve aspectos que se relacionam a extrema pobreza, gravidez precoce, vulnerabilidade familiar e trabalho infantil, e nestes indicadores a Região apresenta as seguintes taxas respectivamente: 21,3 (em 2010); 30,8% (em 2013); 32,1% (em 2010) e 11,6% (em 2010). No que diz respeito ao indicador de vulnerabilidade familiar, que considera mães chefes de família sem ensino fundamental completo e com filhos menores de 15 anos, a Região do Capim, registrou taxa acima da média estadual em 2010, na região foi de 32,1% contra 23,9% taxa média do estado (PARÁ, 2015).

Quanto à dinâmica ambiental, a Região do Capim apresenta em seu território Unidades de Conservação e Terras Indígenas que juntamente abrangem uma área de 2.674,38 km². Ela se encontra em uma área de ocorrência de desmatamento e em razão disso 61% de seu território, correspondente a 37.886,20 mil km², encontra-se desmatado. Isto representa 14% do desmatamento total do estado. Como enfrentamento a essa situação, foram implementadas estratégias governamentais como o Programa Municípios Verdes, o Zoneamento Ecológico-Econômico e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), no sentido de possibilitar o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis. Dos 16 municípios da região, 11 aderiram ao Programa Municípios Verdes e cerca de 80% das propriedades desses municípios encontram-se inseridas no CAR (PARÁ, 2015).

2.2 Formação do Município de Tomé-Açu/PA

A formação do município de Tomé-Açu/PA remonta ao município do Acará que por sua vez, relaciona-se à formação territorial decorrente do processo de exploração e colonização pelos portugueses na região, que tinham como principal eixo de exploração, os rios e seus vales - conforme apresentado no início deste tópico. O rio Acará reunia alguns fatores, dentre os quais destacavam-se: a facilidade da navegação, a fertilidade das terras e a abundância de madeiras de lei, os quais foram determinantes para a fixação de colonos nessa região (FAPESPA, 2016).

O território banhado pelo rio Acará foi dividido, a partir da Lei de nº 53, de 4 de setembro de 1840, constituindo-se a partir dessa divisão duas freguesias, a Freguesia de São

José de Acará e a Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Cairary. Em 1876, a freguesia de São José de Acará foi elevada a categoria de vila, pelo seu dinamismo e contribuição para o desenvolvimento da região e assim foi instalada a Vila de São José de Acará (FAPESPA, 2016).

Segundo Cardoso, Lima e Barbosa (2009c), o município de Tomé-Açu era em sua origem, um povoado ribeirinho e a sua fundação veio possibilitar a ocupação das terras da bacia do rio Acará-Mirim, terras essas que até então se encontravam dominadas por mata nativa, permeando os vales dos rios Acará e Capim.

O município de Tomé-Açu foi criado a partir do desmembramento territorial do leste do município do Acará; e a emancipação do município deveu-se a dois fatores: aos efeitos do Decreto-Lei Estadual, nº 4.505 de 30 de Dezembro de 1943, que possibilitou a criação de novos municípios no Estado; e a luta dos colonos japoneses assentados nessa área motivados, sobretudo, pelo aporte de recursos financeiros na economia local, decorrentes da produção e comercialização da pimenta-do-reino (MONTEIRO; COELHO; BARBOSA; 2009; YAMADA, 1999).

Como resultado da cultura piperácea, e com o retorno dos impostos pagos, foram investidos recursos na infraestrutura da colônia como: a construção e manutenção de estradas, implantação de escolas, apoio às políticas públicas de higiene e saúde e manutenção da ordem pública, sendo estas atividades coordenadas e implementadas pela Cooperativa dos Agricultores que havia, então, se constituído como autoridade na colônia (YAMADA, 1999).

Diante do crescimento populacional e do aumento das necessidades políticas e administrativas, a emancipação municipal passa então a ser a próxima ação da Cooperativa dos Agricultores. Assim, afirma Yamada (1999, p. 264-265, tradução nossa):

Como a sociedade pioneira crescia em termos de população (japoneses, cametaenses e acaraenses), necessidades administrativas, políticas e socioculturais, a CAMTA deixou de ser capaz de administrar suas funções econômicas originais e tudo mais. A autonomia municipal foi considerada o passo seguinte, para recuperar impostos locais e responder às necessidades da crescente comunidade. Sangyo Kumiai (1955) afirma que a transação da pimenta preta contribuía com 80% de todo o rendimento fiscal do município do Acará.

Ainda, de acordo com Yamada (1999), a CAMTA, através de seu diretor de relações públicas, Satoshi Sawada, liderou as negociações junto ao governo do estado do Pará para a emancipação do município de Tomé-Açu. Assim, em 1º de setembro de 1959, o município de Tomé-Açu é criado, favorecido pela promulgação da Lei nº 1.725 de 17 de Março de 1959, sendo este o 60º município criado no Pará, com uma área de 5.828 km² e uma população total

de 4.838 pessoas, sendo 1.624 japoneses e 3.214 brasileiros. (MONTEIRO; COELHO; BARBOSA, 2009; YAMADA, 1999; SOBRE..., 2017).

O primeiro prefeito constitucional foi Ney Carneiro Brasil⁹ que governou durante o período de dezembro de 1959 a janeiro de 1963. Yamada (1999) relata que nesse governo havia um conselho municipal formado por sete conselheiros, destes, dois eram representantes da CAMTA. O referido autor afirma ainda que fora acordado que dos dois conselheiros eleitos como representantes da CAMTA, um se tornaria o presidente do Conselho, independentemente do partido majoritário no referido conselho.

O município estava organizado inicialmente em sete distritos: Boa Vista, Ipitinga (leste e oeste), Quatro Bocas, Mariquita, Arraia (norte e sul), Água Branca e Breu, sendo que cada um deles possuía um chefe que organizava as reuniões distritais, em que os chefes de família japonesa participavam das referidas reuniões. Cada distrito possuía uma organização e seu chefe poderia ser considerado um “subprefeito” naquele distrito. Havia a Federação Distrital, e muito embora ela não representasse uma instituição formal, prestava auxílio à administração municipal, em atividades como: levantamento da população local; condições de higiene; migração de trabalhadores e condições econômicas de Tomé-Açu, estas organizadas na CAMTA em abril de 1962. Após a emancipação municipal, a Cooperativa entrega as tarefas, como educação, saúde pública e higiene, manutenção rodoviária e procedimentos legais aos imigrantes para a federação distrital (YAMADA, 1999).

Em 5 de abril de 1990, é instituída a Lei Orgânica do Município de Tomé-Açu, cujos objetivos fundamentais são estabelecidos, a saber: construir uma sociedade justa e solidária; garantir o desenvolvimento do município; erradicar a pobreza, a marginalidade e reduzir as desigualdades sociais dentro de seus limites territoriais; promover o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação; dar prioridade absoluta aos interesses dos cidadãos, estabelecendo, para tanto, a política para os setores da economia, política urbana, agrícola, agrária e fundiária e do meio ambiente. Para o campo social foram previstas diretrizes aos setores da saúde, assistência social, educação, cultura e desportos, da defesa do consumidor, da família, da criança, do adolescente, do deficiente, do idoso, da mulher e do índio (TOMÉ-AÇU, 1990).

⁹ Antigo operador de Rádio da Colônia Estadual de Tomé-Açu (CETA) que fornecia informações do pós-guerra aos imigrantes japoneses (YAMADA, 1999).

2.2.1 Dinâmica econômica, social e ambiental do município de Tomé-Açu/PA

O município de Tomé-Açu integra a mesorregião Nordeste Paraense e a microrregião de Tomé-Açu e possui como municípios limítrofes: Acará e Concórdia do Pará, ao norte; São Domingos do Capim, Aurora do Pará e Ipixuna do Pará, a leste; Ipixuna do Pará, ao sul e Tailândia e Acará, a oeste; possui uma área de 5.145,36 km². O município está dividido em duas partes pela PA-140, e dele fazem parte os seguintes bairros – seguindo a parte esquerda (sentido Belém - Quatro Bocas), Centro, Pedreira e Tabom; pela margem direita, o Maranhense e Kanebo que são os mais afastados do Centro. Atualmente o município possui apenas um distrito-sede (FAPESPA, 2016; CARDOSO; LIMA; BARBOSA, 2009a).

A formação do Núcleo Quatro Bocas (quando da formação inicial, um dos sete distritos organizados no município) se deu a partir do loteamento estabelecido para os imigrantes japoneses; ele foi organizado a partir de dois eixos perpendiculares que permitiam aos colonos morarem próximo à via de acesso e terem as áreas produtivas por detrás das suas moradias. Esses eixos constituíram-se em vicinais de acesso ao interior e isso permitiu uma densidade populacional, concorrendo para o estabelecimento de serviços de apoio a essa comunidade na intercessão de suas vicinais (CARDOSO; LIMA; BARBOSA, 2009b).

Segundo Cardoso, Lima e Barbosa (2009b), com a produção agrícola nipônica, Quatro Bocas concentrou atividades econômicas importantes, a saber: o comércio varejista, a sede da Cooperativa, hospital e serviços públicos. Ainda, para estes autores, a acessibilidade fluvial do Núcleo Quatro Bocas possibilitava-lhe funcionar como um porto, garantindo o fluxo tanto de mercadorias, como de trabalhadores, aos municípios do Baixo Tocantins e aos da bacia do Acará, especialmente para dar apoio a produção da pimenta-do-reino.

Cardoso, Lima e Barbosa (2009c), afirmam ainda que a confluência de fluxos para as cidades de Tomé-Açu e Quatro Bocas forma uma área urbana binuclear, convertida em um centro sub-regional, que é devida ao sucesso da colônia japonesa e da sua produção agrícola. Ainda para os autores referidos aqui, a importância dessas cidades no contexto da microrregião de Tomé-Açu se expressa por esses aspectos, aliados à atividades terciárias, a produção madeireira e a fruticultura.

A população do município, estimada em 2016¹⁰, é de 61.095 pessoas, distribuídas em uma área de 5.145,36 km², resultando em uma densidade demográfica de 11,87 Hab./km². Em 2010, a população, segundo a unidade domiciliar, encontrava-se distribuída da seguinte forma: 31.563 pessoas em área urbana e 24.955 pessoas na área rural. Segundo dados do

¹⁰ População estimada com base no Censo Demográfico do IBGE de 2010.

levantamento censitário de 2010, a taxa média geométrica de crescimento foi de 1,77, maior que a taxa observada nesse mesmo levantamento no ano de 2000, que foi de 1,52. (FAPESPA, 2016).

O número de pessoas ocupadas no município de Tomé-Açu é de 21.909 pessoas, apresentando, entretanto, uma taxa de 7,63% de desocupação. Os setores de atividade econômica no município são extrativa mineral, indústria de transformação, serviços de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública, agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca. Dentre esses setores, os que mais se destacam são agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca (39,65%), comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (15,66%), indústria extrativa, indústria de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água (12,36%), construção (5,47%), educação (6,03%), serviços domésticos (5,29%).

A Tabela 1 demonstra os valores adicionados e o produto interno bruto de Tomé-Açu, no ano de 2014.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto em Tomé-Açu - 2014

Produto Interno Bruto	Em mil reais
Valor adicionado bruto da agropecuária, a preços correntes	125.332
Valor adicionado bruto da indústria, a preços correntes	57.736
Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social	137.362
Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, a preços correntes	165.884
Valor adicionado bruto Total, a preços correntes	486.313
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	30.412
PIB, a preços correntes	516.726
PIB per capita	8.641,62 Reais

Fonte: IBGE (2017)

Outro dado importante dentro da dinâmica municipal é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) que no ano de 2010, apresentou os seguintes percentuais:

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em Tomé-Açu.

IDHM	2010
IDHM -	0,586
IDHM – Longevidade	0,798
IDHM – Educação	0,424
IDHM – Renda	0,596

Fonte: FAPESPA ([2015?])

Quanto aos indicadores de renda e desigualdade social, os dados se apresentavam da seguinte forma no ano de 2010:

Tabela 3 – Renda e Desigualdade em Tomé-Açu.

Renda e Desigualdade	2010
% de pobres	33,93%
Índice de Gini	0,54
Razão 10% mais ricos/40% mais pobres	15,47%

Fonte: FAPESPA ([2015?])

Na área da educação, os indicadores também suscitam preocupação e corroboram a situação de baixo desenvolvimento municipal. A taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais foi de 16,07%, abaixo da taxa da região do Capim que foi de 19%, mas bem acima da taxa registrado no estado do Pará, que foi de 11,74%. A taxa de frequência no ensino fundamental foi de 93,12% e no ensino médio de 18,16%. O percentual de pessoas (com 25 anos ou mais) com ensino superior completo no município é de 2,4%, contra 3% na região Capim e 6,21% no Pará (FAPESPA, [2015?]).

Com relação à vulnerabilidade que envolve indicadores de extrema pobreza, gravidez precoce, vulnerabilidade familiar e trabalho infantil, apresenta percentuais que oscilam em comparação à região do Capim e ao estado do Pará, mas em três dos indicadores apresentados, os percentuais no município são mais elevados, o que concorre para uma maior situação de vulnerabilidade da população no município em relação a região e ao estado. Apenas com relação ao indicador de extrema pobreza, o município apresenta melhor desempenho, 12,7% (FAPESPA, [2015?]).

Tabela 4 – Vulnerabilidade, Pará/Região Capim/Tomé-Açu 2013.

Vulnerabilidade	Pará	Região Capim	Tomé-Açu
Extrema pobreza (%)	15,9	21,3	12,7
Gravidez precoce (%)	27,3	30,8	32,1
Vulnerabilidade familiar	23,9	32,1	24,5
Trabalho infantil	10,6	11,6	12,4

Fonte: FAPESPA ([2015?])

No que se refere aos indicadores de habitação e saneamento, o município apresenta melhor desempenho em relação à região Capim e ao estado do Pará, apenas em um dos indicadores, de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica), seu desempenho foi abaixo do percentual do estado, mas em comparação à região, obteve melhor registro, conforme pode ser verificado na Tabela 4.

Tabela 5 – Saneamento e Habitação, Pará/Região Capim/Tomé-Açu 2010.

Saneamento e Habitação	Pará	Região Capim	Tomé-Açu
Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	48%	48%	61%
Percentual de domicílios com água encanada	85%	85%	88%
Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	71%	57%	61%
Percentual de domicílios com coleta de lixo	85%	85%	88%
Percentual de Moradias Adequadas	89%	80%	90%

Fonte: FAPESPA ([2015?])

A área da segurança apresenta indicadores tão alarmantes quanto aos apresentados no âmbito do estado e até mesmo no país. Os três indicadores da segurança, como homicídio, assassinato de jovens e morte por acidente de trânsito revelam-se mais elevados que as taxas na região e no estado do Pará.

Tabela 6 – Segurança, Pará/Região Capim/Tomé-Açu 2012.

Segurança	Pará	Região Capim	Tomé-Açu
Taxa de Homicídio (por 100 mil hab.)	41,69	18,78	60,43
Taxa de Assassinato de Jovens (por 100 mil hab.)	77,86	57,35	104,15
Taxa de Morte por Acidente no Trânsito (por 100 mil hab.)	21,50	39,49	32,81

Fonte: FAPESPA ([2015?])

2.2.2 Políticas Públicas Municipal e Estadual em Tomé-Açu/PA

A Lei municipal nº 1.920 de 26 de Dezembro de 2007 que dispõe sobre a organização administrativa do município de Tomé-Açu, estabelece que o exercício da administração pública se assentará sobre os princípios fundamentais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, cumprindo para tanto os seguintes requisitos: planejamento, organização, coordenação, delegação de competências, descentralização e controle (TOMÉ-AÇU, 2007)

Ainda de acordo com a referida lei, compõem essa organização os órgãos da administração direta e indireta, sendo que os da administração direta estão compostos por órgãos colegiados, órgãos de assessoramento à administração municipal e órgãos de linha. A administração indireta está formada por autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações públicas (TOMÉ-AÇU, 2007).

Dentre os órgãos colegiados estão os seguintes conselhos: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; Conselho de Desenvolvimento Urbano; Conselho Municipal de Meio Ambiente; Conselho Municipal de Saúde; Conselho Municipal de Turismo; Conselho Municipal de Entorpecentes; Conselho Municipal dos Direitos da Criança

e do Adolescente; Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Tutelar; Comissão Municipal de Defesa do Consumidor; Conselho Municipal da Alimentação Escolar; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; Conselho Municipal do Idoso; Conselho Municipal das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais; e Comissão Municipal de Emprego (TOMÉ-AÇU, 2007).

Os órgãos colegiados têm por competência, dentre outras ações, propor, discutir e aprovar a política municipal de sua área de abrangência; aprovar e definir as prioridades de aplicação e execução de programas; estabelecer critérios, formas e meio de controle da sua política; bem como acompanhar e avaliar a gestão de recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados (TOMÉ-AÇU, 2007).

Com base na Lei de Diretrizes Orçamentária do Município (LDO) Nº 2.112/2016, o município tem programado para o exercício de 2017, a realização de 60 programas distribuídos entre os órgãos da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal, com vistas a viabilizar as seguintes políticas públicas: transporte, obras e urbanismo, agricultura, meio ambiente, cultura e turismo, esportes, educação, saúde e assistência social. Além de garantir o funcionamento de órgãos, secretarias, conselhos e câmara de vereadores, além da sua própria estrutura administrativa. (TOMÉ-AÇU, 2016).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2017) estabelece as diretrizes orçamentárias do município de Tomé-Açu, as quais compreendem: as metas fiscais, as prioridades da administração municipal, a estrutura dos orçamentos, as diretrizes para a elaboração do orçamento do município; as disposições sobre a dívida pública municipal, as disposições sobre despesas com pessoal, as disposições sobre alterações na legislação tributária e as disposições gerais (TOMÉ-AÇU, 2016).

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, Nº 2.119/2016 (LOA/2016), a receita estimada para o exercício de financeiro de 2017 é de R\$ 207.785.760,00 que compreendem R\$ 169.682.900,00 oriundos do orçamento fiscal; e 38.102.860,00 (trinta e oito milhões, cento e dois mil, oitocentos e sessenta reais) oriundos do orçamento da seguridade social. Esses valores têm como finalidade custear as despesas do Município.

Com base nessa receita, a LDO/2017 prevê uma dotação orçamentária no valor R\$ 1.732.352 para a execução de programas e ações em agricultura no município de Tomé-Açu, destinados à Secretaria Municipal de Agricultura. Conforme a referida lei, estão previstas as seguintes ações:

Tabela 7 - Prefeitura Municipal de Tomé-Açu: ações e valores orçamentários previstos para 2017.

Ações	Valor orçamentário
Manut da secret munic de agricultura	518.000
Aquisição de patrulha mecanizada	1.500.00
Implantação escola agroindustrial	466.360
Controle sanitário animal e de produtos de origem animal	34.560
Manutenção do campo de sementes e mudas	51.840
Produção de sementes e mudas	43.200
Incentivo a produção de Hortifrutigranjeiro	40.000
Manutenção da feira do produtor rural	69.120
Implantação da casa da farinha comunitária	40.000
Apoio a criação e manutenção da Associação do produtor rural	30.000
Apoio ao desenvolvimento da piscicultura, avicultura e ovinocultura	100.000
Manutenção de feiras e mercados	30.000
Reforma e implantação de mercados e feiras	86.400
Mantenção do serviço de inspeção municipal	50.000
Programa técnico de extensão rural	30.000
Apoio e implantação de agroindústrias	50.000
Apoio a agricultura extensiva	51.400
Programa de agricultura irrigada	41.472
TOTAL	1.732.352

Fonte: Da autora, elaborado com base na LDO 2017 – Prefeitura Municipal de Tomé-Açu.

O Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado do Pará, 2016-2019, prevê a realização de ações públicas para o município de Tomé-Açu que estão vinculadas à política de agricultura, educação, segurança pública e transporte, tendo como meta: equipar 08 centrais de recebimento de produtos da agricultura familiar; implantar o ensino profissional integrado subsequente em Tomé-Açu; construir o aeródromo do município de Tomé-Açu; implantar unidade prisional em Tomé-Açu, com 320 vagas (PARÁ, 2015).

Além das ações previstas no PPA estadual, a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) prevê investimentos para o desenvolvimento da cadeia produtiva da região de integração do Rio Guamá/Rio Capim, por meio da formação de redes de pesquisa e atividades integradas de pesquisa científica, tecnológica e de inovação. O edital - Chamada Pública Nº 008/2017, que trata dessa ação, destina às Instituições Públicas de Ensino Superior (IES), Institutos Públicos de Pesquisa (IP), sem fins lucrativos e Institutos de Pesquisa de direito privado, sem fins lucrativos e integrantes da administração pública, um montante de R\$ 1.000.000,00, sendo que deste montante R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) destinam-se para despesas de capital e R\$ 400.000,00 para despesas de custeio, mediante a seleção de propostas de projetos em redes cooperativas de pesquisa nos temas prioritários, a saber: Açaí, Agricultura Familiar, Palma de Óleo, Cacau, Turismo & Gastronomia, Pesca e Aquicultura (FAPESPA, 2017).

3 NOOMIN DÔSHI KAI OU DA POTENCIALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NA COLÔNIA JAPONESA EM TOMÉ-AÇU/PA

O empreendimento local, implantado no município de Acará, “*Nanbei Takushoku Kabushiki Kaisha*”, ou NANTAKU, que no Brasil adotou a razão social de *Companhia Nipônica de Plantação do Brasil*, tinha como um de seus objetivos, com relação à agricultura, promover a cultura do cacau em razão ao valor comercializável no mercado internacional.

Sobre a produção do cacau na Amazônia, Castro e Campos (2015) afirmam que ela foi importante para a expansão e consolidação da fronteira de colonização e representou ganhos importantes para a coroa. Com a redução da produção e exportação nas colônias portuguesas e nas colônias espanholas do Caribe, Venezuela e Equador, expandiu-se a economia cacauera na Amazônia, no século XVIII e início do século XIX, incorporando as regiões do Baixo Amazonas e o vale do Tocantins à dinâmica do mercado europeu, facilitados pela melhoria da navegação e transporte de mercadorias. Com isso houve, um aumento na produção da cultura cacauera. Para Castro e Campos (2015), a produção do cacau esteve presente na pauta das exportações, dentre os gêneros exportados, quase todos os anos, por um longo período de 45 anos.

Yamada (1999), afirma que um filme sobre as plantações de cacau e a colheita de arroz, feijão e da madeira na Amazônia, foi exibido aos agricultores no Japão que viram nesse momento a oportunidade de tornarem-se proprietários de lotes de 25 ha. Os agricultores foram selecionados e assinaram um contrato com a Corporação de Desenvolvimento e Colonização da América do Sul (South America Development and Colonization Corporation) que trazia as seguintes cláusulas, segundo Yamada (1999, p. 167, tradução nossa):

- 1) um subsídio tarifário de ¥200 (US\$93) por pessoa do governo japonês;
- 2) um depósito mínimo de ¥300 (US\$140) por família pago à Corporação de Desenvolvimento e Colonização da América do Sul para despesas de subsistência no primeiro ano, com 51 de juros anuais;
- 3) fornecimento de moradia às famílias pela Corporação de Desenvolvimento e Colonização da América do Sul;
- 4) uma parceria de alocação de 70% para os arrendatários e 30% para a Corporação;
- 5) mais 10% do rendimento anual depositado para a corporação para a compra de um lote;
- 6) remessa de culturas especificadas para a corporação para processamento e comercialização, e;
- 7) tratamento gratuito de doenças endêmicas.

Acredita-se que a relevância da cultura cacauera para o mercado externo, aliada à grande produção do gênero na Amazônia, levaram os empresários japoneses e seu governo à

tomada de decisão quanto ao cultivo do cacau, na então colônia do Acará.

Aqui chegando, os agricultores imigrantes passaram a produzir além do cacau, outros produtos como arroz, soja, mandioca, milho, amendoins, algodão, mamona, salsa de malva, tabaco, sésamo, legumes, bicho da seda e ovos, além da criação de porcos e galinhas. Esses produtos eram vendidos para Companhia Nipônica de Plantação do Brasil, ou utilizados para consumo próprio (YAMADA, 1999).

Em que pese a expressividade do cacau no mercado internacional, para Kato (1995), essa cultura fracassou como consequência da pouca experiência dos técnicos da Companhia. Neste sentido, a produção que garantia a subsistência dos imigrantes era a do arroz e de hortaliças, sobretudo com o trabalho das mulheres japonesas. Ainda para Kato (1995), o fracasso na cultura do cacau, representava o fator mais relevante de descontentamento pelos agricultores imigrantes, levando-os à conclusão de que o cumprimento das cláusulas contratuais firmado por eles junto à Companhia era injusto.

3.1 Organização Social dos Colonos e sua base de valores cívicos

Os colonos organizaram-se e elegeram, entre si, representantes de modo a poderem intermediar junto à companhia as proposições apontadas por todos eles. Decidiu-se que o arroz não mais seria colhido, caso as cláusulas contratuais não fossem retiradas. (KATO, 1995). Ainda para este autor, esse conflito evidenciou o caráter do empreendimento, que exigia o pagamento de 30%, à Companhia de tudo que se produzisse em suas terras.

Yamada (1999) diz ainda que os agricultores imigrantes do lote Mariquita exigiram que as hortaliças produzidas pelas mulheres fossem vendidas independentemente em Belém, como forma de gerar renda direta e mais rápida, assim como faziam os imigrantes da região sul do Brasil. A exigência foi atendida, entretanto, os subsídios financeiros realizados pela Companhia foram suspensos posto que a colônia nipônica no Acará foi concebida, enquanto empreendimento para obtenção de capital, a partir da comercialização da produção agrícola.

Com o fracasso do empreendimento, coube aos colonos reordenar os objetivos da colônia, dando a ela o caráter de cooperativa. Houve um reconhecimento da presidência da companhia quanto aos erros cometidos na administração, com isso, a então presidência se retirou e nessa mudança de direção administrativa na Companhia, decidiu-se por: dar autonomia à colônia, realizar cortes em despesas e dar apoio a Cooperativa (KATO, 1995).

É dentro desse contexto de organização dos colonos, com o apoio da nova direção da companhia, que os agricultores elegem um produto a ser comercializado, escolhem além do

arroz, as hortaliças. Elas passam a ter importância maior na produção e a colônia passa a produzi-las para o mercado em Belém. Ao incentivar a autonomia dos colonos, a companhia os auxilia no escoamento da produção, através de transporte e armazém. Decorre daí a fundação da Cooperativa de Hortaliças, em 1931. A criação da Cooperativa promoveu entre os colonos novo ânimo, fazendo-os centrarem esforços para a estabilização econômica. A cooperativa realizava os serviços de venda da produção, ao mesmo tempo em que supria os cooperados com gêneros de suas necessidades (KATO, 1995).

Sobre o cooperativismo, Ilha et al. (2010) afirmam que essa ideia surgiu a partir das transformações percebidas com a revolução industrial, no século XVIII, sobretudo em razão do surgimento da classe operária. O surgimento dessa classe forjou a sua organização e união, como forma de enfrentamento às limitações de ordem econômica, social e até mesmo humana. Novas formas de relações sociais e econômicas resultam dessa união, tendo como consequência o associativismo. A primeira cooperativa surge na Inglaterra, em 1844, como proposta de realização econômica e social, em que os participantes/cooperados fossem membros ativos da sociedade, garantindo uma ação conjunta, em defesa de seus interesses comuns, por meio do desenvolvimento de todos os cooperados (ILHA et al., 2010).

Segundo Yamada (1999), o cooperativismo no Japão foi formalizado com a “Production Union Law” de 1900, e tornou-se modelo para a organização de cooperativas no Japão e ainda influenciou outras, inclusive no Brasil. Considerando essa lei, as cooperativas foram incentivadas e organizadas em nosso país, configurando-se como inovação por envolverem operações como: crédito, marketing e compras agrícolas integradas. Yamada (1999) afirma que diante dos intermediários exploradores, das dificuldades no transporte e armazenamento de produtos perecíveis, os agricultores japoneses se uniram através de princípios comunitários tradicionais de ajuda mútua.

A Cooperativa de Hortaliças, diante de um mercado consumidor pouco familiarizado com o consumo de hortaliças, promoveu campanhas para divulgação dos produtos no mercado de Belém, cuja comunicação se dava de forma precária, em razão da barreira da língua. Como forma de melhorar a venda dos produtos, foram contratados vendedores brasileiros que deram melhores condições de venda em Belém. Já em vias de estabilização e com os incentivos realizados pela cooperativa para o aumento da produtividade, a colônia expandiu sua produção com a incorporação de novos produtos. Com isso, o nome da cooperativa é alterado para Cooperativa de Produtores do Acará (KATO, 1995).

A Segunda Guerra mundial e o “campo de concentração” em que se transformou a colônia do Acará impactaram na organização dos colonos e em sua ação cooperada, dado que

não era permitido o ajuntamento e a circulação dos imigrantes. Os colonos japoneses, assim como os alemães e italianos, ficaram confinados nos barracões, construídos pelos colonos, mas confiscados para essa finalidade. Por um tempo de cinco anos aproximadamente, com a intervenção do estado na cooperativa, as hortaliças já não alcançavam bons preços no mercado belenense (KATO, 1995).

Segundo Kato (1995), a intervenção do Estado na colônia ainda persistia, mesmo com o fim da guerra, e esse fato suscitou nos colonos o desejo de retomarem a administração da mesma. Os colonos¹¹, (17 ao todo), em 1946, organizam-se novamente e formaram o grupo denominado “*Noomin Dôshi Kai*, que significa, “**Associação de colonos com o mesmo propósito**”, ou mesmo “**Associação de colonos**”, cujo objetivo era exatamente obter junto ao governo do Estado a suspensão da intervenção na colônia já que havia terminado a guerra. Eles saem exitosos dessa ação, o que para Piekielek e Finan (2017), significou uma demonstração de independência e reforçou o valor da ação coletiva entre as demais famílias dessa comunidade de imigrantes.

A união dos colonos vê ainda como necessária a reorganização da Cooperativa, considerando que ela assumiria as funções antes exercidas pela Companhia Nipônica de Plantação do Brasil, como: manutenção das vias de escoamento da produção, promoção da saúde, educação, entre outras ações. Torna-se necessário então a legalização da Cooperativa, cujo nome passa por mais uma mudança, ocorre então, em 1949, a legalização da cooperativa com o nome “Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu” (KATO, 1995). Segundo Piekielek e Finan (2017), a Cooperativa foi criada considerando o senso de história e tradição, tendo como visão de futuro a inclusão no contexto nacional e internacional; os autores afirmam ainda que desde a sua criação ela foi assentada sobre os princípios democráticos, em que cada membro correspondia a um voto e sua direção era eleita pela base.

¹¹ Katsushiro Seki, José Takahashi, Hiroshi Murakami, Arthur Murakami, Tadao Sato, Toorau Hidaka, Shiro Toda, Kezo Fujihashi, Kowashi Sawada, Gilberto Sawada, Keishi Nagano, Yoshiharu Nagano, Noboru Abe, Teruo Sawada, Tooru Ikeda, Hideo Shibata (KATO, SAWADA, MURAMAKI, apud KATO, 1995).

Figura 1 – Diretoria da CAMTA eleita para o período de 1961-1964



Fonte: Arquivo pessoal da Família de Noboru Abe

Sem um produto específico para a produção e comercialização no mercado exterior, a Cooperativa decidiu investir na piperácea (pimenta-do-reino), que a esse tempo já vinha sendo cultivada por dois colonos, adquirida a partir de mudas obtidas junto à Companhia, ao mesmo tempo em que pesquisavam melhores formas para seu manejo. Com o domínio da técnica pelos dois colonos, a cultura foi amplamente difundida entre eles, os quais estabeleceram metas de produção, o que os fez “concorrerem” entre si para o alcance da meta, assim, eles as superaram, conseguindo grande produção, fazendo com que a colônia experimentasse, já em 1947, um volume de vendas no valor de Cr\$ 358.880,00, com o qual não estavam habituados. Em 1956, a CAMTA já possuía 103 associados e a colônia totaliza 670.443 pés de pimenta do reino (KATO, 1995).

O “boom” da produção e comercialização da pimenta-do-reino no mercado exterior, atraiu não apenas novas famílias (65 novas) para a colônia, mas também a atenção de instituições de ensino como “*Maoka Agricultural High School of Tochigi*” que instalou uma fazenda no Distrito do Breu, enviando para ela nove graduados que mais tarde tornar-se-iam lideranças dentro da colônia (YAMADA, 1999).

Kato (1995) afirma que, naquele tempo, a capitalização por parte de alguns colonos fez com que alguns se distanciassem dos ideais associativistas, tornando-se atravessadores. Havia ainda um coletivo de produtores que almejavam integrar-se à CAMTA, contudo, não estavam alinhados ao princípio da união que permeava a cooperativa. Não obstante, afirma ainda o autor que tal fato também ocorria no interior da cooperativa, entretanto, o individualismo não sobrepujava em razão à consciência coletiva existente.

O espírito de solidariedade e de cooperação aliado ao conhecimento tácito adquirido pelos primeiros imigrantes, colocou-os em condições de coordenar a implantação de uma nova colônia, a segunda, denominada Brasilândia, cuja inauguração ocorreu quando da comemoração do 30º aniversário da colonização japonesa na Amazônia.

O incremento da piperácea na economia local promoveu melhorias na infraestrutura do município de Tomé-Açu como a criação e manutenção de vias, transporte, criação de porto, aeroporto, eletrificação, implantação de escolas, hospitais, controle e erradicação de endemias como a malária. Além dessas ações, foi criada Associação Cultural de Tomé-Açu, com o objetivo de promover atividades voltadas ao intercâmbio cultural e cooperação com o município de Tomé-Açu, ajuda mútua entre imigrantes, atividades esportivas e culturais e educação na língua japonesa. (YAMADA, 1999).

Com o objetivo de colaborar para a autonomia econômica e bem estar da colônia, foram criadas outras organizações com tarefas específicas, a saber: as ações de extensão em agricultura (grupo de estudo em agricultura); compra e distribuição coletiva; educação, higiene, cultura, controle de doenças em plantas, cemitério; gestão de máquinas pesadas; recreação; escola de culinária, artes e ofícios, dança folclórica e dança japonesa, festival de dança, entretenimento amador e arranjos para celebrações (casamento e funeral) (YAMADA, 1999). Para Homma (2016, p. 191), apoiado em Putnam, o “capital social representado pela organização em torno da cooperativa e o nível educacional e a aglutinação para resolver os problemas coletivos, constituíram razões para superar as dificuldades da colônia”.

3.2 Saber Tradicional e Conhecimento Científico enquanto estratégia de Inovação para o Desenvolvimento da Agricultura

A cooperativa já com vistas à diversificação da produção (a pimenta-do-reino representava 96% dos rendimentos dos agricultores) pretendia implantar uma estação de pesquisa, para tanto, solicitou ao governo japonês que enviasse especialistas. Organizaram um Grupo de Estudos de Agricultura Mecânica e lançaram um plano de cultivo para 5 (cinco) anos, com os seguintes objetivos: evitar o risco econômico da monocultura de pimenta preta; auto-suficiência do alimento básico japonês, em Tomé-Açu, especialmente para os recentes colonos imigrantes; uso efetivo dos 1.000 ha de floresta secundária do assentamento; produção de fertilizante orgânico, a partir de palha de arroz, para pimenta preta (YAMADA, 1999).

Entretanto, apenas com a queda no preço da pimenta é que há uma real consciência

quanto aos riscos da monocultura. Essa situação provoca impactos na economia dos colonos e consequentemente na cooperativa. Diante de tal situação os colonos enfrentam as adversidades decorrentes da monocultura. Assim, a colônia se volta à diversificação de produtos (KATO, 1995).

Os agricultores estabeleceram contato com instituições de ensino e pesquisa no Japão e estudos foram realizados com vistas a realização de pesquisas para o teste de culturas suplementares à pimenta-do-reino. Foram testadas espécies como: ipeca, cravo, pimenta vermelha, oliveira, cúrcuma, urucuzeiro e cacauzeiro (esse trazido de fazendas de Cametá). Outros como cafeeiro, seringueira, coqueiro, limoeiro, laranjeira, maracujazeiro, castanheira-do-Pará, mamoeiro, bananeira, abacaxizeiro, açazeiro e guaranazeiro também foram testados. A maioria das novas culturas cresceu bem nos antigos campos de pimenta preta, absorvendo o fertilizante residual (YAMADA, 1999).

A doença *fusarium* que ataca os pimentais é mais uma fatalidade que se coloca sobre a colônia, vários esforços são centrados, incluindo instituições de pesquisa japonesa, brasileira e americana com o intuito de identificar a causa da morte dos pimentais. Fato este que levou várias famílias a um verdadeiro êxodo. Nesse ínterim, a CAMTA tenta outra via, a industrialização do óleo de pimenta-do-reino e extração da essência de Patchouli (KATO, 1995; YAMADA, 1999).

Essa ação foi implementada com a ajuda do capital japonês através da empresa KANEBO, mas também não se mostrou viável. Com isso a cooperativa é levada a encontrar outros meios para manter-se no mercado e garantir a permanência do agricultor no cultivo da terra. Decidem então pela fruticultura, produzindo frutas como o melão, mamão havaiano, maracujá entre outras. Foi implantada uma usina para beneficiamento de frutas, obtida com empréstimos junto a Japan International Cooperation Agency (JICA), para o beneficiamento do maracujá, com boa representação no mercado, além de outras frutas como a acerola e o cupuaçu (KATO, 1995).

Faz-se necessário destacar que, entre as estratégias de superação das dificuldades enfrentadas pelos colonos imigrantes, estão a pesquisa e a extensão rural. Yamada (1999) evidencia esse aspecto em sua tese, quando relata sobre a instalação do Instituto Experimental Agrícola Tropical da Amazônia (INATAM), com o objetivo de estudar culturas tropicais alternativas à piperácea e pesquisar sobre a doença que infestava e dizimava os pimentais. Faziam parte do Instituto, técnicos especialistas e acadêmicos em biologia vegetal e patologias, especialistas em extensão, agricultores imigrantes locais contratados por suas práticas excepcionais e iniciativas de estudo baseadas em fazendas.

Yamada (1999) relaciona as instituições que formaram parcerias para esse fim, são elas: Embrapa-CPATU, Universidade de Brasília e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba. Não obstante, a CAMTA, com a sua Estação de Experiência Agrônômica, passa a compartilhar seus estudos com a INATAM e também a adquirir lotes para a formação de viveiros para a produção de mudas de cacaueteiro, cafeeiro e árvores de sombra. O INATAM constituiu-se como uma importante fonte de informação sobre culturas comerciais para agricultores empreendedores (YAMADA, 1999).

Em 1971, o cacau é escolhido como a principal cultura, cujas primeiras sementes híbridas foram introduzidas pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), esta foi convidada pela CAMTA para construir uma estação de pesquisa em Tomé-Açu, o que ocorreu em 1976. Além da cultura cacaueira, também foi fomentada em Tomé-Açu, a plantação e cultivo da mandioca (YAMADA, 1999).

Yamada (1999) afirma que o cultivo da mandioca foi estabelecido como uma alternativa a pimenta-do-reino, para tanto, foi enviado um técnico da FCAP – Faculdade de Ciências Agrárias do Pará ¹², a uma estação experimental de mandioca no Japão. A cultura é expandida, e em 1976 é criada a COPAMASA – Companhia Paraense de Mandioca S.A. Entretanto, os agricultores de Tomé-Açu preferiram plantar palmeiras de óleo para preencher os campos de pimenta-do-reino vazios, em vez de uma cultura de tubérculos que esgotaria o solo. Com isso, a companhia de mandioca fecha em junho de 1984, e a COPAMASA é dissolvida, em agosto de 1986 (YAMADA, 1999).

3.3 Diversificação da Produção Agrícola e a Sustentabilidade da Cooperativa

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) permitem a associação de cultivo de diferentes espécies em uma mesma área e tem como princípio imitar a mesma dinâmica ocorrida na floresta natural. Os SAFs tem se destacado como sistema de uso do solo em que há a conservação da biodiversidade, a diversificação da produção, proporcionando serviços ecossistêmicos, que por sua vez minimizam os impactos ambientais e climáticos, ao mesmo tempo em que são alternativas para recuperar áreas já degradadas (KATO et al., 2012).

Os SAFs foram implantados pelos agricultores japoneses em Tomé-Açu e Acará, num contexto de enfrentamento de crise. O sistema não é novo na Amazônia, e já era utilizado por comunidades indígenas, caboclas e ribeirinhas. Esses sistemas passaram a ser adotados pelos agricultores nipo-brasileiros, para o enfrentamento das oscilações de preço da

¹² Atual Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

pimenta-do-reino no mercado e pela capacidade que os SAFs apresentam, de serem alterados e modificados no contexto do espaço e ao longo do tempo (BARROS et al., 2011).

Com a diversificação da produção, a CAMTA já fornecia uma gama variada de frutas para o mercado doméstico local e nacional. Entretanto, mesmo com a diversificação da produção, ainda havia uma forte dependência da produção e comercialização da pimenta, cuja cotação de preço variava bastante. Mas, é com a crise financeira dos anos 90, no Brasil, apresentando hiperinflação e restrição de crédito, que a CAMTA experimenta sua maior crise, provocada, sobretudo, pelos baixos preços da pimenta e pela inflação no país, o que levou a CAMTA a um severo endividamento, conduzindo-os a uma possível dissolução da Cooperativa (PIEKIELEK; FINAN, 2017). A diversificação da produção torna-se uma necessidade imperiosa e os SAFs, então, surgem como uma alternativa produtiva dentro desse contexto.

Para Barros et al. (2017), os SAFs desenvolvidos em Tomé-Açu distinguem-se dos demais da região, praticados por agricultores locais, por envolverem tecnologias e processos dos quais resultam melhor proteção ambiental e rentabilidade. Para os autores eles assemelham-se às chamadas ilhas de eficiência, porque são caracterizados pela presença de conhecimento, tecnologia ou processos nas propriedades e ainda por serem passíveis de reprodução por outros produtores. Ainda para os autores os SAFs são formados, basicamente pelo cultivo de culturas como: pimenta-do-reino, cacau, açaí e cupuaçu; este cultivo pode ocorrer entre essas espécies ou mesmo combinados a outras frutíferas ou florestais (BARROS et al., 2017).

Os SAFs são bastante variados quanto às culturas combinadas no sistema, entretanto, os SAFs em Tomé-Açu apresentam um fator em comum que é a cultura da pimenta-do-reino. Pode-se dizer que a tradição da cultura da piperácea entre os produtores japoneses, desde a década de 40 é uma das razões para tal. Segundo Barros et al. (2017), foram mapeados 174 sistemas agroflorestais e a pimenta-do-reino figurava como cultura principal, representando 40% dos SAFs identificados em Tomé-Açu (BARROS et al., 2009; BRITO et al. (2017).

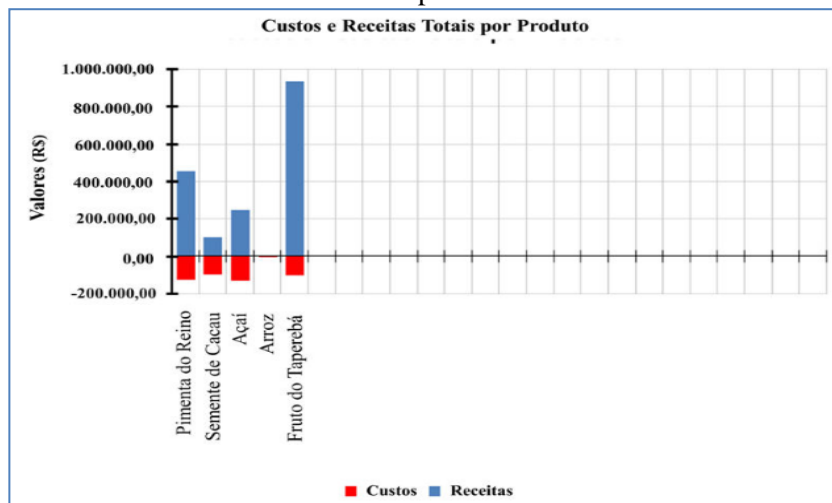
Quanto às culturas praticadas pelos agricultores nipo-brasileiros, em Tomé-Açu, Barros et al. (2017) ressaltam um elemento importante, os autores afirmam que das diversas plantas introduzidas e cultivadas por eles, estão os considerados produtos de “não-mercado” atuais e de longo prazo, os quais podem futuramente constituir-se em produtos de mercado. Dentre os de “não-mercado” encontram-se: lichia (*Litchi chinensis Sonn*), noni, puxuri, malang (*Artocarpus odoratissimus*), longan (*Dimocarpus longan*), castanha-do-maranhão (*Bombacopsis glabra*), entre outros, e dentre os de longo prazo estão a castanha-do-pará e

espécies madeireiras como paricá, freijó, andiroba e teca.

Barros et al. (2017), citando Smith et al. (1998), classificam os SAFs em tradicionais, comerciais e os mistos. O primeiro possui como característica uso reduzido de mão-de-obra e insumos, alta diversidade de espécies, assim como são elevados os produtos usados para subsistência; ao contrário, os SAFs comerciais fazem uso intensivo de mão-de-obra e insumos, baixa diversidade de espécies, incorporação mínima de regeneração natural de espécies florestais e grande quantidade de produtos destinados à comercialização no mercado; os SAFs mistos, como se depreende da sua definição, reúnem características dos dois sistemas referidos anteriormente. Para Barros et al. (2017), os sistemas identificados em Tomé-Açu são deste tipo, entretanto, os autores afirmam que na região Amazônica esses sistemas tem sofrido alterações gradativas, passando da base tradicional para a comercial.

Brito et al. (2017), realizaram estudos em um SAF do tipo comercial em Tomé-Açu, para analisar a viabilidade econômica. O SAF combina culturas de pimenteira-do-reino, arroz, açaizeiro, taperebazeiro e cacauzeiro, com a finalidade comercial, com exceção ao arroz que se destina ao consumo e a palhada que tem por finalidade reduzir os custos de adubação. Conforme afirmam os autores “A análise de viabilidade econômica do SAF composto por pimenta-do-reino, arroz, açaí, taperebá e cacau mostrou-se bastante rentável economicamente no horizonte de 30 anos”, o que pode ser verificado no gráfico abaixo (BRITO et al., 2017, não paginado).

Gráfico 1 - Custos e receitas totais por cultura



Fonte: Brito et al. (2017).

Para Piekielek e Finan (2017), os SAFs constituem-se em um foco de interesse global por serem ambientalmente sustentáveis. Os autores compreendem que a dimensão

ambiental dessa sustentabilidade está exatamente compreendida na dinâmica da diversificação da produção agrícola viabilizada pelo Sistema Agroflorestal. Para os autores referidos, a CAMTA teve importante papel na descoberta de uma convivência sustentável com um ecossistema essencialmente frágil, consolidando uma estratégia e ao mesmo tempo um modelo mais amplo de uso do solo na floresta amazônica.

O açaizeiro, um dos componentes de SAF, em Tomé-Açu, é uma planta nativa da região e a sua produção requer um ciclo cuja colheita considerada ótima, leva em média seis anos para se alcançar, o que para os agricultores se configura também como um investimento a longo prazo. Com a produção e comercialização do açaí, a CAMTA adquiriu um selo orgânico para o produto, e tornou-se reconhecida como importante fornecedor nacional e internacional. Considerando o total de polpas processadas, em 2007, o açaí representou mais da metade (57%) das vendas totais pela Cooperativa, sendo que da sua produção grande parte foi exportada para os Estados Unidos e o Japão (PIEKIELEK; FINAN, 2017).

Outra cultura que também tem se destacado nos SAFs é a cacauicultura, iniciada pelos imigrantes japoneses na década de 1970, com a participação da CEPLAC. Como resultado dos investimentos em estudos e pesquisas sobre o cultivo e a produção de amêndoas de cacau, a CAMTA passou a produzir grãos de cacau de fina qualidade. Mais recentemente, ela se associou a um produtor de chocolate japonês e um quarto dos grãos de cacau da cooperativa foi destinado a produzir chocolate *Premium* no Japão. Ela também se destacou no Salão de Chocolate alcançando o Certificado de Excelência da Amêndoa de Cacau, Prêmio Internacional recebido, em 2010. (PIEKIELEK; FINAN, 2017; CAMTA ..., 2017).

Ainda, sobre a implantação dos SAF na região e sobre a contribuição da CAMTA nesse processo, Kato et al. (2012, não paginado), afirmam:

Levantamento de experiências com sistemas agroflorestais praticadas pelos agricultores no Nordeste Paraense, mais especificamente nos Municípios de São Domingos do Capim, Irituia, Mãe do Rio e Concórdia do Pará, mostram que vários agricultores praticam esse tipo de sistema de uso da terra com fruteiras como o cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), açaizeiro (*Euterpe oleracea*), taperebazeiro (*Spondias mombin*), bananeira (*Musa spp.*), bacabeira (*Oenocarpus bacaba*), piquizeiro (*Caryocar villosum*), entre outras, em seus quintais agroflorestais (Oliveira, 2006). Com base no manejo dos quintais agroflorestais, esses agricultores tem ampliado os SAFs. Neste processo [...] parcerias tem sido fundamental, como por exemplo, com a CAMTA do qual tem recebido várias caravanas de agricultores para conhecer os SAFs locais, venda de mudas selecionadas e também com propostas futuras de compra dos agricultores de Irituia.

A relação entre a Cooperativa e o desenvolvimento da pesquisa e extensão é um fato histórico e sua capacidade para adotar tecnologia é reconhecida e valorizada. Este fato está

registrado em todo o seu histórico, configurando como sua marca, com efeito, a abertura para novos conhecimentos. O conhecimento tácito adquirido pelos agricultores japoneses tem sido replicado em forma de assistência técnica a outros agricultores e associações na região. Concordando com esta assertiva Couto (2013) ressalta a relação dos agricultores de Tomé-Açu com o Sr. Michinori Konagano (membro e atual diretor Presidente da CAMTA):

Os agricultores demonstram um grande respeito e interesse pelo trabalho executado pelo Sr. Michinori Konagano no município de Tomé-Açu, o qual promove a divulgação de seu trabalho por toda a região em parceria com a EMBRAPA, promovendo incentivo e assistência técnica aos agricultores, através de reuniões, palestras e seminários, divulgando o trabalho com sistemas agroflorestais desenvolvidos em suas propriedades e compartilhando suas experiências. (COUTO, 2013, p. 83).

Piekielek e Finan (2017) analisaram a CAMTA, na perspectiva da sustentabilidade, considerando nesta análise as seguintes dimensões: institucional, ambiental e cultural. Para eles a dimensão institucional está diretamente relacionada ao crescimento econômico, mesmo com crescimento da produção verificado ao longo do tempo. Os autores afirmam que o total da demanda por polpa de frutas somente será atingida, se a cooperativa for capaz de integrar potenciais produtores no seu fluxo de produção. Esse aspecto constitui-se em um desafio institucional que envolve uma ambiciosa estratégia de transferência de tecnologia e a capacidade da cooperativa em compartilhar sua expertise técnica. Ainda para os autores esse processo irá contribuir para espalhar os benefícios promovidos pela Cooperativa no âmbito local.

Quanto aos valores relacionados à sustentabilidade, como legado ou preocupação com as futuras gerações, estão presentes entre os cooperados, e esse entendimento pode depreender-se inclusive do Sistema Agroflorestal praticado em que espécies como mogno, com um tempo médio de 30 anos, são plantadas, evidenciando uma preocupação da atual geração com as próximas. Segundo Piekielek e Finan (2017), há a preocupação com a transferência de conhecimento dos mais velhos para os mais jovens que, por sua vez, valorizam o legado deixado por seus pais e avós. Até mesmo as crianças têm conhecimento de que as espécies de madeira plantadas por seus pais irão beneficiá-las. As ações que buscam assegurar a transferência do conhecimento bem como das atividades culturais que reforçam o senso de comunidade, assim como a importância desse legado, são realizadas pela ACTA. Contudo, para o diretor desta Associação, os descendentes que, hoje, estão entre a 3ª e 4ª geração, têm questionado alguns aspectos dessa tradição, como por exemplo, a necessidade de

associar-se a ACTA (Informação verbal)¹³, configurando um importante desafio a ser enfrentado pela comunidade nipo-brasileira.

Piekielek e Finan (2017, p. 109, tradução nossa) encerram suas análises afirmando que “[...] a sustentabilidade ambiental e institucional é reforçada em sistemas culturais que oferecem incentivos profundos e essenciais para proteger e melhorar os meios de subsistência estabelecidos pelas gerações anteriores”. Para esses autores, os colonos japoneses trouxeram consigo a tradição da ação cooperativa, a solidariedade étnica, o espírito cultural e a luta compartilhada, e estes aspectos conjuntamente concorreram para a resistência às condições adversas e a adaptação bem sucedida em um ecossistema da floresta tropical. Deixando como principais lições: a organização sistemática, a busca de novas opções tecnológicas, novas culturas, sistemas de cultivo, aprisionamento de insumos, provisão das necessidades e com isso alcançando o bem estar coletivo (PIEKIELEK; FINAN, 2017).

3.4 A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu e a Tecnologia Social SAFTA

As informações registradas historicamente ou em pesquisas mais recentes como a de Piekielek e Finan (2017), versam sobre participação política, econômica e social dos imigrantes japoneses em solos paraenses e são corroboradas com os registros feitos em pesquisa de campo junto à CAMTA. As falas são representativas e situam essa contribuição no contexto da inovação tecnológica e da produção agrícola, cujo resultado projetou o município de Tomé-Açu no cenário nacional e internacional, através da fruticultura e da fabricação de polpas, da produção de óleos vegetais e comercialização da pimenta-do-reino e cacau, estes, sobretudo, para o mercado internacional.

A CAMTA, a partir da aprendizagem obtida com os sistemas agroflorestais, da sua eficiência econômica e ambiental, passou a disseminar a experiência no âmbito local, em comunidades e municípios vizinhos. Diante dos resultados alcançados especialmente como estratégia para recuperação de áreas alteradas, foi possível colaborar no sentido de apresentar esse sistema, enquanto projeto para os governos municipal e estadual. Como efeito prático dessa ação, as contribuições efetivadas pela cooperativa no âmbito das políticas locais.

¹³ Informação fornecida durante entrevista.

3.4.1 Aprimoramento da Pesquisa e Desenvolvimento do Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu (SAFTA)

Conforme apresentado nos tópicos iniciais desta dissertação, o processo de colonização às margens dos rios promoveu a ocupação e a exploração dos seus vales, tendo como consequência o desmatamento e degradação da floresta nativa, resultando em erosões, mudanças climáticas, assoreamento de rios e igarapés e extinção da fauna e flora. Esse processo na região do nordeste paraense é o mais antigo no Estado, fazendo com que reste poucas áreas de matas primárias (KONAGANO et al., 2016b).

Há nesta região a predominância da agricultura migratória que tem como principais características a derrubada e a queima da vegetação natural para o uso do solo, que é utilizado por um tempo máximo de 2 anos. Essas áreas são abandonadas por um período de tempo e depois retomadas para o mesmo ciclo. Esse ciclo tem como principal resultado a redução da produção agrícola decorrente da redução de material vegetal. Assim, os sistemas agroflorestais implantados em Tomé-Açu apresentam grandes perspectivas de expansão na região, pois visam a ocupação de áreas desmatadas, assim como a recuperação de áreas degradadas (KONAGANO et al., 2016b).

Em razão disso, a CAMTA desenvolve o Sistema Agroflorestal que, dentre os tipos de sistemas existentes em Tomé-Açu, predomina o tipo “multiestratificado”. Esses sistemas surgiram inicialmente como alternativa econômica para enfrentar os desafios da monocultura da pimenta-do-reino e para garantir a segurança alimentar dos agricultores. Entretanto, o SAF multiestratificado tem sido desenvolvido pela cooperativa na perspectiva da sustentabilidade em suas dimensões econômica e ambiental. Os estudos com vistas ao melhoramento do SAF permanecem como uma das principais atividades da Cooperativa e, para o seu desenvolvimento, possui como parceiros: a Embrapa, CEPLAC, Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER- PARÁ), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a empresa NATURA.

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são considerados excelentes alternativas para utilização de recursos que aumentam a produtividade, proporcionando maior nível de sustentabilidade devido ao aumento da biodiversidade no sistema de produção. A diversidade é fundamental para a estabilidade biológica e econômica em todos os modelos de SAFs. Este sistema de cultivo apresentam inúmeras vantagens, seja do ponto de vista ecológico, econômico e social, por serem considerados sustentáveis, visto que contribuem para a qualidade do meio ambiente; gerando renda aos agricultores e por integrarem homens e mulheres em suas atividades,

possibilitando a participação de todos no processo produtivo. (KONAGANO et al., 2016b, não paginado).

Em Tomé-Açu, com efeito, o SAFTA surge como uma alternativa ou opção sustentável ao possibilitar a redução do desmatamento e por quebrar o ciclo da agricultura migratória. Em razão disso, o município tem se destacado pela tradição no uso de SAF com diferentes composições de espécies, tamanhos e formatos, em conformidade com as necessidades do agricultor, tornando-se um modelo base de produção diversificada. Em Tomé-Açu, o SAFTA é caracterizado pela sua formação a partir do cultivo da pimenta-do-reino, cacauzeiro, açazeiro e cupuaçuzeiro em uma combinação entre si e com outras espécies de frutíferas e florestais. A pimenteira-do-reino, cupuaçuzeiro e o açazeiro estão presentes nos SAFTA's, do mesmo modo que o cacau, com uma presença percentual de 90% e 81% respectivamente. A sua produção vem se desenvolvendo no município a partir da organização de pequenos produtores, associações e cooperativas, com garantias de rentabilidade econômica dessa produção (KONAGANO et al., 2016b).

Os rendimentos obtidos no SAF familiar no primeiro ano de produção da pimenta do reino, segundo ano de sistema, equivale a 0,7 Kg/planta. No segundo ano, a produção aumenta para 2,5 Kg/planta e permanece constante no terceiro ano, no quarto ano a produção cai para 0,5 Kg/planta. No quinto ano de sistema, primeiro ano de produção do cupuaçu, obtém-se uma produção inicial de 9,9 Kg/planta, no segundo ano a produção aumenta para 11,9 Kg/planta, e estabiliza no sexto ano de produção, décimo de sistema, com o equivalente a 17,9 Kg/planta e permanece constante até o trigésimo ano de sistema. O primeiro ano de produção do açaí corresponde ao quinto ano de sistema, a quantidade produzida nesse período é equivalente a 5 Kg/touceira, no segundo ano aumenta para 7 Kg/touceira, no quarto ano de produção do açaí, oitavo ano de sistema, a produtividade da cultura estabiliza com 15 Kg/touceira. A andiroba começa a produzir no oitavo ano do sistema 13,3 Kg/planta de fruto, sua produção estabiliza no oitavo ano, décimo ano de SAF, com o equivalente a 80 Kg/planta de fruto. (KONAGANO et al., 2016b, não paginado).

A CAMTA, nesse contexto, tem tido função importante, posto que entra com o processo de agroindustrialização da produção agrícola familiar realizada por grupos organizados de pequenos agricultores rurais, das associações e cooperativas locais e deste modo garante a comercialização da pimenta-do-reino, dos frutos in natura de cupuaçu, açaí, andiroba e da madeira de paricá e andiroba. Este produto, por exemplo, tem o seu óleo extraído e sua comercialização é utilizada principalmente na indústria de cosméticos, já a sua madeira é extraída depois de 30 anos do seu plantio, e sua produção alcança 2m³/planta (KONAGANO et al., 2016b).

Figura 2 – Produtos comercializados no Japão a partir da produção agrícola exportada pela CAMTA, 2017.



Fonte: Da autora (Pesquisa de campo, 2017)

O aspecto financeiro dos SAFTA's representa uma preocupação para os agricultores, uma vez que o custo de produção de um SAFTA familiar gira em torno de R\$ 117.036,39 para 0,6ha. Deste total, 54% destinam-se a gastos com insumos agrícolas; 44% com mão de obra e 2% com preparo da área. Os custos com insumos e mão de obra variam de acordo com a cultura: na cultura da pimenta, os custos com insumo representam 70,15% dos custos totais; já na do cupuaçu tem custos menores quanto ao insumo, em contrapartida, os custos com mão de obra são mais expressivos, representando 62,53% do total de gastos. Para tanto, a assistência técnica da CAMTA – ATEA, atua junto ao produtor rural no sentido de subsidiá-lo para acesso aos fundos de investimento agrícola e para o gerenciamento dos valores recebidos dos projetos de financiamento rural (KONAGANO et al., 2016b).

Portanto, o SAFTA vem se desenvolvendo enquanto modelo ecologicamente sustentável que tem como fundamento dar destaque a ciclos biológicos que mantenham ou aumentem a fertilidade do solo, com a adição de matéria orgânica, evitando o uso de fertilizantes sintéticos e pesticidas químicos, promovendo com isso produção de alimentos com qualidade e suficiência, com a peculiaridade de envolver em um único sistema a cultura de diferentes espécies agrícolas concomitantemente a espécies arbóreas nativas e exóticas da região, e “assim as plantações acabam por se confundir com a floresta, colaborando com a biodiversidade da fauna e flora local” (KONAGANO et al., 2016b, não paginado).

Foto 3 – SAFTA, Fazenda Konagano, 2017



Fonte: Da autora (Pesquisa de campo, 2017)

3.4.2 Formação e Capacitação Técnica a Agentes Públicos do Estado

A expertise alcançada pelos agricultores japoneses em Sistema Agroflorestal, fez com que eles se tornassem referência na transferência dessa tecnologia a agricultores e técnicos em agricultura do Estado. Neste sentido, a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu contribui na formação e treinamento em SAF's, disponibilizando seus técnicos e instalações, além de visitas técnicas e aulas práticas nas fazendas de seus cooperados.

Em pesquisa de campo, foi observado o evento promovido pelo governo do estado de capacitação aos técnicos do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio), em parceria com a CAMTA e EMBRAPA. O Curso de Implantação de Sistemas Florestais – SAFTA, envolveu aulas teóricas; visita técnica a fazenda que desenvolve SAF, do senhor Michinori Konagano, com a presença do pesquisador Rafael Moysés Alves, da Embrapa; Prática de Marcação de Área de Arranjo de SAF na sede da Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI) de Tomé-Açu; visita ao SAF de dendê da Natura/CAMTA e à indústria da CAMTA; visita a Base Física da Embrapa/Tomé-Açu; visita ao plantio de pitaia na fazenda do Sr. Orleans.

Figura 4 – Exposição sobre SAFTA em evento formativo na Fazenda Konagano, 2017



Fonte: Da autora (Pesquisa de campo, 2017)

Figura 5 – Técnicos, engenheiros e pesquisadores do Ideflor-Bio, Embrapa e CAMTA, 2017



Fonte: Da autora (Pesquisa de campo, 2017)

3.4.3 Projeto de Responsabilidade Socioambiental

O Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu (SAFTA) que vem sendo praticado por colonos japoneses há pelo menos 50 anos, foi desenvolvido como um sistema próprio de trabalho socioambiental pela CAMTA. O sistema constituiu-se em um modelo de tecnologia de promoção social empregado pela cooperativa junto às comunidades locais, especialmente voltado para a agricultura familiar. Essa ação foi desencadeada a partir da percepção de um dos diretores da cooperativa, quanto à situação de vulnerabilidade econômica e social de agricultores no entorno de sua propriedade. Esses agricultores praticavam agricultura de

subsistência, a partir do cultivo de milho, arroz, feijão e mandioca, e ainda assim passavam por sérias restrições financeiras (KONAGANO et al., 2016a).

A ação inicial consistia em prestar suporte aos agricultores a partir da doação de sementes, mudas, adubos, arame para plantio de maracujá e maquinários. Contudo, a demanda pela ação se expandiu e a CAMTA decidiu por aprimorar essa ação, levando aos agricultores familiares a técnica do SAFTA. Assim, com o objetivo de melhorar a técnica do cultivo, foram incluídas visitas técnicas e orientações quanto ao espaçamento entre as culturas, melhores adubos, épocas de podas e manejos necessários para o desenvolvimento de todas as culturas implantadas no sistema (KONAGANO et al, 2016a).

A metodologia do Projeto de Responsabilidade Socioambiental está organizada em 5 (cinco) etapas e em dois momentos distintos. No primeiro momento as etapas se efetivam no contexto da comunidade, envolvendo todo o seu coletivo nas atividades que se realizam por um período de 12 meses. O segundo momento ocorre na propriedade particular do agricultor, momento em que ele põe em prática os conhecimentos adquiridos coletivamente, esse momento se dá igualmente em um prazo de 12 meses, encerrando as atividades do projeto em 2 anos (KONAGANO et al. , 2016a). Ainda segundo Konagano et al. (2016a), as etapas do projeto são:

1) Mobilização e sensibilização: Nesta etapa são apresentadas às comunidades participantes informações sobre o sistema do ponto de vista teórico e prático, informações sobre a relação desse sistema e seus impactos ambientais, da importância da preservação do meio ambiente, além dos benefícios trazidos pela cultura consorciada de espécies. São repassados os resultados já obtidos, com ênfase no rendimento econômico advindo do projeto. Diante disso, as comunidades que se mostram interessadas e comprometidas em aderir ao projeto são cadastradas e a partir de então se dá prosseguimento as outras etapas do projeto. Para os coordenadores a adesão por parte da comunidade é essencial para a sua continuidade.

2) Parcela Demonstrativa Comunitária (PDC): Nesta etapa é escolhida a área que irá receber o PDC que pode ser de um dos participantes ou da comunidade, devendo ter, pelo menos, 2.500m² para a instalação do SAFTA, além de 500m² para a construção do viveiro comunitário. Depois, é iniciada a abertura da terra com a limpeza da área, envolvendo toda a comunidade. É realizado o piqueteamento, a abertura de covas e, em seguida, o plantio de mudas frutíferas e florestais. Os insumos agrícolas são doados pela comunidade por meio das instituições que apoiam o projeto e seu acompanhamento é feito pelos técnicos da CAMTA, engenheiro agrônomo e técnicos agrícolas.

3) Viveiro para produção de mudas: O viveiro é construído, de preferência, próximo ao

PDC, com dimensões aproximadas de 324m² - 18m x 18m, com a finalidade de produzir cerca de 20.000 mudas ao ano, com vistas a atender a quinta etapa desse projeto;

4) Horta Comunitária: Essa etapa foi pensada considerando o hábito alimentar dos agricultores que não consomem legumes e verduras e, neste sentido, a horta é desenvolvida com vistas a melhorar a qualidade da alimentação, e possibilitando melhores condições de vida para as famílias da comunidade;

5) Parcelas Familiares Sustentáveis – PFS: Nesta etapa, cada participante prepara sua área particular momento em que todas as atividades realizadas nas etapas anteriores são colocadas em prática numa área de 2.500m². As mudas utilizadas aqui são as mesmas produzidas quando da implantação da PDC; e o viveiro e a horta continuam sendo cuidados por todos os envolvidos no projeto.

Ao final do projeto, realiza-se um seminário com a participação da comunidade, incluindo associações, agricultores familiares, técnicos e engenheiros para a apresentação dos resultados obtidos no projeto pelo próprio associado/agricultor familiar. Segundo informação verbal do presidente da ACTA, senhor Keiti Oppata, a apresentação dos resultados pelos próprios associados gera uma concorrência virtuosa entre eles, promovendo o crescimento da produção e a rentabilidade nas vendas dos produtos agrícolas.

Para efetivação do Projeto de Responsabilidade Socioambiental, são estabelecidas parcerias entre a Cooperativa e outras instituições como a JICA, a Wildlife Research Society (WRS)¹⁴, Norsk Hydro Brasil Ltda., (Hydro)¹⁵ e ACTA, com a finalidade de promover a transferência de tecnologia para comunidades de agricultores familiares, a preservação do meio ambiente e contribuir para a redução da pobreza. Nesta ação foram envolvidas mais de 1.156 famílias de pequenos agricultores, alcançando aproximadamente 5.000 pessoas, pertencentes ao município de Tomé-Açu e outros municípios do estado do Pará, Amapá e Amazonas, além das comunidades da região do norte de La Paz – Bolívia. (KONAGANO et al, 2016a).

Na Bolívia, o projeto recebeu o nome de “Projeto Agrícola-Florestal com Valor Agregado para Elevar o Nível de Vida de Pequenos Agricultores do Norte de La Paz”, foi implementado pela CAMTA em parceria com a CEPLAC, com o objetivo de aumentar a

¹⁴ Sociedade de Pesquisa japonesa que realiza ações educativas sobre meio ambiente, realiza pesquisas em bacias hidrográficas, conservação de florestas, edita publicações e realiza cooperação internacional.

¹⁵ Uma das maiores indústrias da Noruega, com atuação no estado do Pará, opera na produção de alumínio com participação em toda cadeia produtiva, da lavra de bauxita, refino de alumina, geração de energia até a produção de alumínio primário, produtos laminados e reciclagem.

produtividade e a qualidade do cacau da região, além do aumento da renda e qualidade de vida dos pequenos produtores das comunidades envolvidas no projeto. Uma das etapas envolvia a capacitação de técnicos e produtores bolivianos sobre cadeia produtiva do cacau e sistema agroflorestal; a outra etapa previa a ida de especialista da CAMTA para mais uma ação de transferência de tecnologia na área do projeto (JAPAN ..., 2017).

Figura 6 – Construção de viveiro em SBV, demonstração de resultado de um enxerto, Santa Ana, 2011.



Fonte: Japan International Cooperation Agency (2017).

Por ocasião da pesquisa de campo, estabeleceu-se contato com um cooperado que fez referência ao processo que o levou ao engajamento na CAMTA. Ele foi um dos beneficiados pelo projeto, enquanto agricultor da comunidade local, e assim como outros produtores rurais do município vivia em condições de subsistência. As ações do projeto foram importantes para o agricultor na medida em que obteve conhecimento e domínio das técnicas para manejo adequado do solo e da cultura das espécies. É relevante, do ponto de vista do agricultor, o lugar dado ao conhecimento nesse processo, e segundo a compreensão dele, está no conhecimento a possibilidade de superação das condições de privação.

Segundo informação verbal prestada por ele, esse processo iniciou-se com informações e conhecimento práticos em agricultura familiar prestados pelo Sr. Michinori em sua propriedade rural. Para o cooperado, o conhecimento transferido garantiu melhor retorno e mudança em sua condição social e econômica, uma vez que através da qualidade da produção agrícola foi possível tornar-se um cooperado e com isso obter ganhos financeiros reais. Encerrando sua compreensão acerca da mudança social experienciada, o cooperado

afirmou com emoção contida:

“ ... o Sr. Michinori, nunca me deu cinco centavos para colocar no meu bolso, mas todo o conhecimento que ele me repassou já fez muito dinheiro entrar aqui (com gestos enfáticos referindo-se ao próprio bolso ”.

Essa informação obtida junto a um cooperado, cidadão brasileiro, munícipe de Tomé-Açu, ratifica a importância do conhecimento como aspecto relevante dentro de um sistema de inovação que, conseqüentemente, concorre para o crescimento econômico e social. Comprovando que o conhecimento tácito em agricultura familiar, trazido há aproximadamente 90 anos pelos imigrantes japoneses, contribuiu para o desenvolvimento local, a partir da aplicação desse conhecimento mesmo que dentro de um novo contexto regional com características peculiares e diversas do país de origem desses imigrantes.

3.4.4 Participação na formulação de Programas de Governo

O Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no Estado do Pará (Pró-Açaí) encerra um conjunto de ações que busca expandir a área de produção em 50.000 hectares, na perspectiva de alcançar a produção de 360 mil toneladas de açaí até 2024. É um programa do Governo do Estado, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) em parceria com a Embrapa, Ideflor-Bio, Emater, CAMTA e Irrigação Amazônia. Nele estão previstas atividades como distribuição de material genético de qualidade e ações de assistência técnica a agricultores familiares em todo o Estado, mais especificamente para 10 mil famílias dos municípios do Baixo Tocantins e Marajó que passarão da condição de extrativistas para produtores com uso de tecnologias de manejo e enriquecimento, na perspectiva de alcançar até 6 mil toneladas do produto em uma mesma área (EMBRAPA, 2017).

Não obstante, segundo informações prestadas pelo senhor Michinori Konagano (Informação verbal)¹⁶, o calendário agrícola implementado pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento era elaborado por técnicos da região sul/sudeste que desconheciam a realidade da região norte, o que trazia prejuízos aos agricultores desta região. O senhor Michinori, quando da sua atuação como secretário municipal de agricultura em Tomé-Açu, em parceria com outras instituições como a Embrapa, foi a Brasília e, após demonstrar aspectos da

¹⁶ Informação verbal obtida por ocasião da apresentação desta pesquisa à Cooperativa CAMTA, em 31/08/2017.

realidade local, conseguiu alterar o calendário agrícola, respeitando as especificidades da região norte, o que trouxe grandes benefícios para os agricultores que passaram a ter orientações mais adequadas quanto aos períodos de plantio e colheita, além de observar os prazos para financiamento e o uso do seguro agrícola.

4 CAPITAL SOCIAL, CULTURA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TOMÉ-AÇU/PA

O ecossistema amazônico, em suas relações, apresentou para os pequenos agricultores nipônicos peculiaridades absolutamente diversas à realidade do seu país de origem, tornando-se para muitos, em obstáculos intransponíveis e, para outros, uma realidade fatal, levando-os a morte. Contudo, para os que permaneceram a complexidade dessa nova relação constitui-se em desafios a serem superados no coletivo, na junção de seus esforços a fim de garantir-lhes a sobrevivência.

O cenário de privação de liberdades - revisitando aqui a concepção de Amartya Sen, agravado pelas condições impostas, configurou a situação de vulnerabilidade social e econômica em que se encontravam os primeiros imigrantes japoneses na colônia do Acará. A insuficiência da cultura escolhida para a produção agrícola e o mercado restrito para comercialização das hortaliças produzidas pelas mulheres nipônicas em seus quintais, conduziram os colonos para a sua base de valores, como estratégia para superação desses desafios, resultando na potencialização do capital social já existente nesse coletivo.

Valores como o respeito, o trabalho coletivo, a ajuda mútua, a cooperação, a união em torno de um bem comum, a preservação das tradições culturais com destaque para o ensino e aprendizagem da língua japonesa, foram reforçados através de estruturas formais, como grupos, associações e cooperativas, constituídas no interior da colônia, com a finalidade de potencializar e consolidar o capital social nipônico. Essa ação coordenada, planejada, está registrada no histórico da imigração japonesa no Pará e tem precedentes na própria cultura nipônica, no continente asiático.

As raízes históricas do capital social nipônico e dos valores que encerram esse conceito estão assentadas, ou mesmo, remontam, no contexto histórico e geográfico do Japão, entre outras razões, relacionadas à configuração do território japonês suscetível a desastres ambientais como terremotos e maremotos, ou ainda, na rizicultura, principal produção agrícola do Japão (Informação verbal)¹⁷. Em ambas as situações tornam-se imprescindíveis a cooperação e a união de todos (ricos e pobres), seja para garantir a produção do arroz - base da alimentação japonesa que envolve impreterivelmente a ação coletiva, posto que não é possível produzir arroz de forma individualizada, ou ainda, na reconstrução de cidades ou províncias destruídas a cada novo desastre. Com efeito, há peculiaridades da vida naquele país que reforçam os valores referentes ao capital social nipônico.

¹⁷ Informação fornecida pelo Sr. Kensuke Hayashi, diretor geral da Fruta Fruta Inc., em atividade na CAMTA.

Os estudos realizados por Talhelm et al. (2014) reforçam a compreensão de que a história da cultura do arroz torna as culturas de países asiáticos como a China, Índia e o Japão mais interdependentes. Os estudos foram realizados na China, e os pesquisadores buscaram identificar as diferenças culturais entre pessoas, em diferentes regiões da China, com práticas de culturas agrícolas diferentes. Os resultados da pesquisa reforçam a teoria do arroz, ou seja, de que as regiões que produzem o arroz são mais holísticas e interdependentes, enquanto as regiões que produzem o trigo, por exemplo, são mais individualistas. Os autores afirmam, ainda, que o legado da cultura do arroz continua influenciando pessoas no mundo moderno.

As alterações ou mudanças sociais decorrentes do capital social nipônico em solos paraenses estão situadas nas diferentes dimensões do desenvolvimento endógeno, trabalhado por Vázquez Barquero (2002). A mais recorrente delas é a dimensão econômica, em razão à presença dos produtos agrícolas produzidos em Tomé-Açu, PA no mercado nacional e internacional. Inicialmente, com o “boom” da pimenta-do-reino, o chamado diamante negro, que trouxe prosperidade para a colônia e com ela melhoria em infraestrutura local e posteriormente, com o beneficiamento das polpas de frutas tropicais e, mais recentemente, com a produção de óleos vegetais somado à cultura cacaueteira que após 40 anos de manejo, estudos e pesquisas, figura no cenário nacional e internacional pela qualidade de suas amêndoas.

Outro aspecto que importa na reflexão sobre a contribuição do capital social para o desenvolvimento local em Tomé-Açu, reside na conjugação do conhecimento tácito dos pequenos produtores agrícolas, enriquecido pelos conhecimentos técnicos e científicos em agricultura trazidos pela Companhia Nipônica de Plantação do Brasil, por meio de seus técnicos e engenheiros. Posteriormente outras instituições de ensino e pesquisa, tanto brasileiras quanto japonesas, foram contribuindo na construção de novos conhecimentos e tecnologias, conhecimentos esses que, ao longo do tempo, foram convertidos em inovação na produção agrícola familiar no Acará, tendo como principal referência dessa inovação o SAFTA, modelo de agricultura familiar, de interesse global por incorporar dimensões da sustentabilidade e por se constituir em alternativa à monocultura – cujas consequências ambientais e financeiras já foram experimentadas, através da cultura da piperácea e da mandioca e por se constituir em estratégia de enfrentamento à privação alimentar e à pobreza.

A ação política resultante da organização social dos primeiros colonos é igualmente importante no contexto do desenvolvimento endógeno, embora pouco disseminada na literatura sobre os imigrantes japoneses no Pará. Dessa ação, decorreram diferentes processos no interior da colônia, havendo que se destacar relevantes desdobramentos: a constituição da

CAMTA, a formação da Associação Cultural de Tomé-Açu e a emancipação política e administrativa do município de Tomé-Açu no Pará.

Com base nos escritos de Yamada (1999), pode-se afirmar inclusive, que àquele tempo, em sequência ao processo de emancipação, já se prenunciavam as bases da governança ou de um modelo de gestão participativa envolvendo a comunidade nipônica nas decisões municipais, em razão à forma de organização político-administrativa dos distritos e da federação distrital, concebida a semelhança de forma de organização das aldeias no Japão.

Putnam (2006), ao estudar o desempenho dos governos regionais italianos, nos anos 70 e 80, registrou as singularidades presentes na vida cívica dessas regiões. Em razão a isso, passou a estudar de forma mais aprofundada as origens da comunidade cívica. Assim, Putnam (2006) afirma que padrões sociais são essenciais para explicar o porquê de algumas regiões se mostrarem mais aptas para gerir a vida coletiva e com isso colaborar para a eficácia das instituições. Concluindo, Putnam (2006, p. 166) afirma que “as tradições cívicas revelam-se um poderoso determinante dos níveis de desenvolvimento socioeconômico”.

Não obstante, a cultura política também se constitui em um fator determinante ao desenvolvimento político, social e econômico de uma região, é o que afirmam Baquero e Santos (2013) consubstanciados na teoria de capital social de Putnam. Entretanto, ela não deve ser compreendida de modo isolado, mas em uma perspectiva sinérgica, em que cooperem instituições e cultura, como “circuitos endógenos de determinação mútua” (SANTOS et al. apud BAQUERO; SANTOS, 2013, p. 20, tradução nossa).

Ao analisar a relação entre cultura política, capital social e democracia Baquero (2003) faz críticas ao enfoque institucionalista¹⁸ e afirma que, embora sejam necessárias, as instituições e os procedimentos poliárquicos não tem favorecido o estabelecimento de uma democracia eficiente. Para Baquero (2003, p. 9), o fortalecimento da democracia passa pela revalorização da abordagem da cultura política e do capital social enquanto variável que contribuirá para o aperfeiçoamento democrático, mediante o “desenvolvimento de padrões mais efetivos de ingerência política derivados de uma sociedade com associações que produzam capital social público”.

Encerrando suas análises, Baquero e Santos (2013) afirmam que o Banco Mundial tem proposto uma abordagem sinérgica, pois partem da compreensão de que as instituições necessitam do envolvimento e do cumprimento social de modo que elas não se tornem vazias e inúteis. Segundo Baquero e Santos (2013, p. 21, tradução nossa) essa abordagem possibilita:

¹⁸ Neste enfoque é dado um peso excessivo às instituições, como propulsores da eficiência democrática (BAQUERO, 2003, p 9).

[...] uma combinação de fatores culturais, uma vez que leva em conta as condições de reciprocidade e confiança dentro de um sistema político, ou seja, CS com elementos institucionais tais como o cumprimento de contratos e garantias de liberdades civis e políticas. Em síntese, o Banco Mundial reconhece que a vitalidade das relações sociais é tão importante quanto o molde institucional de um sistema político.

Por outro lado, Baquero (2003) afirma ainda prevalecerem em algumas culturas, traços políticos comuns como o clientelismo, paternalismo, patrimonialismo e personalismo, caracterizando-a como uma cultura política fragmentada, orientada para o individualismo e pouca valorização do coletivo, comprometendo as bases da democracia institucional, causando a desconfiança nas instituições e nos governos, bem como a perda de credibilidade e legitimidade, configurando um cenário permanente de instabilidade. E em meio a essa crise surge o questionamento das autoridades e instituições responsáveis pela manutenção do contrato social.

Bonfim e Silva, citados por Baquero (2003) em seus estudos sobre o impacto das transformações das instituições nas políticas públicas, fazem uma análise da participação da sociedade civil como ente de fiscalização das políticas públicas, por meio dos conselhos gestores criados a partir da Constituição Federal de 1988. Os autores expressam a dificuldade em operacionalizar tal ação em razão ao contexto de falta de confiança recíproca nas instituições públicas. Ainda, segundo os autores, é possível identificar uma formação política que impede a institucionalização dos mecanismos eficientes de ingerência política.

Pode-se afirmar que o município de Tomé-Açu dispõe de estruturas e mecanismos formais de participação social como conselhos municipais, audiências e conferências públicas. São espaços constituídos legalmente e contemplam, em sua estrutura, a composição paritária entre poder público e sociedade civil organizada e, em alguns casos, a iniciativa privada conforme a política pública a que pertença.

Consta na Lei de Diretrizes Orçamentária/2017 do município de Tomé-Açu a manutenção dos seguintes conselhos: Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Municipal de Negras e Negros. Além destes, foram identificados a existência de outros conselhos municipais, os quais foram citados no 3º parágrafo do tópico 2.2.2 desta dissertação.

Pode-se inferir, com base nos dados da pesquisa, que o capital social nipo-brasileiro teve e ainda tem importante contribuição para o desenvolvimento local de Tomé-Açu em suas diferentes dimensões. Contudo, no que diz respeito à dimensão política, essa atuação está

limitada, nos tempos atuais, dada a configuração da cultura política local que minimiza a participação social, em caráter meramente formal. Essa constatação corrobora o entendimento de Baquero (2003), quando ele afirma haver dificuldade em ultrapassar um modelo de democracia de caráter minimalista e procedimental para a implementação de uma democracia orientada para o social.

Segundo Keiti Oppata, a Associação Cultural de Tomé-Açu tem assento no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, mas sem tem atuação efetiva em razão aos problemas na implementação das ações desse conselho. Dos problemas apresentados, relacionou os que para ele são mais relevantes: número excessivo de representações (alguns chegando a 30 conselheiros), o que para ele inviabiliza o conselho, pois nunca há quorum para apreciar e deliberar demandas; outro aspecto relaciona-se com a falta de objetividade quanto às pautas, muitas vezes permeadas por manifestações ou debates por parte de seus conselheiros que não relacionam as proposições iniciais colocadas para debate; mencionando ainda a falta de compromisso com horário para início das reuniões, o que provoca o desinteresse e/ou esvaziamento das plenárias do referido conselho.

Por outro lado, não há a compreensão de que decisões, com efeito, sejam tomadas no âmbito dos conselhos, mas apenas discussões sem efetividade ou contribuições concretas para proposição e implementação de políticas públicas. Essa compreensão também é compartilhada por um conselheiro local que relatou a interferência dos interesses políticos partidários tanto na composição dos conselhos locais, quanto nas suas decisões, sobrepujando os interesses sociais da comunidade local. Sendo esse um mecanismo pouco ou nada acreditado como espaço efetivo de discussão e deliberação de políticas públicas no município.

Tal aspecto foi igualmente observado por Barros Júnior (2017), quando de sua análise sobre a efetividade do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Pará (CEDPD/PA). Com relação aos procedimentos adotados pelo referido Conselho, foi observado que:

Os procedimentos adotados pelo CEDPD/PA não contemplam instrumentos e canais efetivos para planejamento, monitoramento e intervenção nas políticas públicas. Acrescente-se que há uma preponderância de debates quanto a informes e encaminhamentos de assuntos administrativos. Tal situação sugere que esses se tornaram sucedâneos de uma atuação mais efetiva. Assim, parte dos conselheiros canaliza suas energias para os mesmos, enquanto que parcela significativa dos membros assumia uma postura de certa indiferença, destacando-se entre eles a representação governamental (BARROS JÚNIOR, 2017, p. 176).

Outro canal de participação social efetivado no município são as audiências públicas. Por ocasião da pesquisa de campo, estava sendo realizada uma audiência pública para discutir a problemática da segurança pública em Tomé-Açu. Estavam presentes instituições públicas como a Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, Câmara Municipal, Polícia Militar e Civil e Ministério Público, além de representantes de empresas e comércio local, assim como estava aberta à participação da sociedade. O que se observou foram aspectos recorrentes ou práticas comuns nas audiências públicas como o atraso no início da programação; a apresentação do problema ou da temática e a discussão, a partir do ponto de vista de cada instituição com informações ou dados de atendimento ou estatísticas locais; além da apresentação da situação ou realidade das instituições presentes, evidenciando as limitações materiais e estruturais, como o fez o delegado da polícia civil, presente na audiência. Chegando-se ao final com poucas decisões concretas ou mesmo a responsabilização institucional quanto à superação do problema.

Em se tratando ao acesso das informações municipais necessárias para a tomada de decisão com relação às políticas públicas a serem implementadas no município, o representante da ACTA e um dos cooperados da CAMTA informaram não terem acesso a essas informações que seriam importantes, por exemplo, em um planejamento municipal. Com relação à participação social na construção desses planos – como o PPA, os informantes afirmaram não terem sido chamados para essa ação. Ainda, segundo o cooperado, as publicidades em ambientes de rua¹⁹ são importantes instrumentos de comunicação utilizados pela população no município, entretanto, pouco usadas pelo poder público local para esse fim, não oportunizando com isso maior participação pela população nos fóruns de discussão, como a audiência pública que estava ocorrendo por ocasião da entrevista.

Ainda, no que diz respeito às informações municipais, um conselheiro local relatou que, em parte, a participação social é restringida em consequência à falta de informações municipais, e de sua disponibilização de forma acessível a toda a população. Segundo ele, a biblioteca pública não dispõe de material bibliográfico suficiente e atualizado para os cidadãos. Ainda, para ele, seria de grande importância que os registros históricos sobre a vida do município e seus cidadãos estivessem disponíveis em um centro de memória, tal como os imigrantes japoneses dispõe de um. E que as informações e documentos públicos ou da memória da cidade não ficassem circunscritos a esse ou àquele grupo (disse isso referindo-se aos grupos históricos pertencentes à cidade como os índios Tembé e os imigrantes japoneses),

¹⁹ Caixas de som colocadas nos altos dos postes de energia elétrica, geralmente uma a cada esquina das ruas da cidade de Tomé-Açu.

mas pertencentes ao coletivo de cidadãos do município e de fácil acesso por todos.

É válido retratar que os instrumentos de gestão local, como Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentária, de grande importância para o exercício da participação social, também não estavam disponíveis, seja no site da Prefeitura ou ainda na Biblioteca Pública do Município. Mesmo quando requeridos, pois constituíam-se em fonte de dados para esta pesquisa, não foram disponibilizados pela administração do Município sob a justificativa de problemas políticos locais, mudança de gestão e, ainda, no caso do PPA, por estar em elaboração por uma consultoria contratada para esse fim.

Com isso, poder-se-ia afirmar que a participação social no município de Tomé-Açu está comprometida em razão às estruturas ou mecanismos de participação existentes ainda são meramente procedimentais. E ainda que haja a presença do capital social nipo-brasileiro no município, através dos seus principais entes aglutinadores, a saber: a ACTA e a CAMTA, com importantes frentes de atuação na região; ela não é potencializada em razão à cultura política ainda predominante no município, com prejuízos ao planejamento, controle e avaliação das políticas públicas locais e, conseqüentemente, ao desenvolvimento local.

Além dos aspectos mencionados acerca da participação social no município, há ainda outros que, do mesmo modo, comprometem a efetividade da participação social, como:

a utilização de mecanismos de coordenação inadequados, o excesso de burocracia e intervenção pública por parte dos prefeitos; e as falhas nos projetos por não canalizarem todas as forças e interesses dos municípios, além da falta de políticas de incentivo ou políticas descoordenadas". (MATOS; DIAS, 2013, p. 79).

Para Matos e Dias (2013) garantir a participação da sociedade civil nos assuntos de interesse público é um dos temas centrais da governança. Para o autor, há dois atributos importantes da boa governança relacionados à participação da sociedade civil: a representação equilibrada dos interesses dos grupos sociais, evitando a predominância de um grupo sobre outros, e a existência de mecanismos adequados para articular os interesses, de modo a resolver os problemas decorrentes de disputas ou posições de grupos divergentes.

A problemática da governança não está afeita apenas ao município de Tomé-Açu, mas está presente em outras localidades, tanto no país, como em outras nações, conforme foi apontado por Baquero (2003), ao analisar as avaliações de Klaus Frey sobre redes comunitárias e, segundo este autor, percebe-se nos países em desenvolvimento a perda da governabilidade, além da ausência de estruturas e instituições que tenham por finalidade a governança local, capazes de assegurar os interesses comuns por meio da ação coletiva e da articulação de atores locais em torno de um bem comum.

Portanto, é importante frisar que a democracia é uma construção que requer o esforço coletivo entre cultura e instituições no sentido de revalorizar a cultura política prevalente que ainda trazem os traços da velha cultura, tornando a democracia brasileira em uma democracia fragmentada e individualista. Dito isso, poder-se-ia afirmar com base em Baquero e Santos (2013), que para haver desenvolvimento é necessário que haja sinergia entre instituições e cultura, onde as instituições sejam fortalecidas, a partir do envolvimento e compromisso social, em uma combinação de fatores culturais que considerem valores como reciprocidade e confiança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento endógeno, enquanto teoria, considera a existência de fatores determinantes no contexto local ou territorial em três importantes dimensões: a econômica, a sociocultural e a política que, conjuntamente, explicam as razões pelas quais ou sobre quais especialidades as regiões, dada as mesmas condições, possuem dinâmicas ou processos de desenvolvimento diferenciados.

Ainda na perspectiva de se compreender as diferenciações nos processos de desenvolvimento das regiões, outra teoria também foi formulada, a do capital social cujas bases teóricas afirmam que regiões com presença de capital social são mais desenvolvidas, quando comparadas às regiões nas quais não há a presença desse capital, em geral, ligados à tradição e valores de uma cultura.

Fundamentado nesses pressupostos teóricos, buscou-se inicialmente identificar a presença de capital social no município de Tomé-Açu, a partir da colônia japonesa existente neste município (a segunda maior do Brasil). Ainda, se buscou analisar a contribuição da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, para o desenvolvimento local, considerando ser este o principal ente aglutinador de japoneses e seus descendentes com reconhecida atuação econômica na região.

Os resultados da pesquisa apontaram que a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu tem dado contribuição efetiva para o desenvolvimento local, considerando as principais dimensões do desenvolvimento endógeno.

Como uma iniciativa do capital financeiro japonês, na sua fase embrionária, os japoneses aportaram em uma região com dinâmica econômica e social própria. De base extrativista, sua economia se movimentava a partir dos engenhos, indústrias e fazendas usando como mão-de-obra os negros e os indígenas. Em contraposição a essa lógica, os colonos japoneses estabeleceram sua colônia numa ação previamente articulada e planejada com vistas ao desenvolvimento da agricultura. Para além da economia de base extrativista (ainda que a tenham praticado inicialmente), implementaram uma agricultura permeada pelo conhecimento tácito e científico.

Com base nas informações dos técnicos e engenheiros da Companhia, passaram a desenvolver um modelo de agricultura com traços de sua ancestralidade nipônica, assentados sobre a lógica da ação coletiva, que tem como representatividade maior os valores cívicos, como a cooperação e a ajuda mútua, decorrentes da rizicultura, prática milenar japonesa, traduzindo-se em uma nova forma de pensar a produção agrícola e o desenvolvimento num

sistema que enfatiza a importância do futuro das próximas gerações, o que faz dela um modelo de agricultura sustentável.

Mesmo em uma região com características específicas, como a região amazônica, absolutamente diversa do seu país de origem, o capital social nipônico não apenas pôde resgatar sua base de valores, mas potencializá-los, a partir da organização social de seus primeiros colonos, desencadeando com isso outros processos com impactos significativos no âmbito local (colônia do Acará) e em todo o estado do Pará, dando-lhe uma nova configuração no campo político, histórico e geográfico, projetando a colônia para um cenário político institucional para além da dimensão econômica previamente planejada.

A inovação na agricultura a partir do manejo da pimenta-do-reino, trazida de Singapura, possibilitou ao município de Tomé-Açu lançar-se no mercado internacional como importante produtor e exportador desse produto. Este, pode-se dizer, é apenas um dos primeiros exemplos resultante dos esforços centrados em pesquisa científica, conhecimento tácito e extensão rural e que, mais recentemente, encontra na cacauicultura - uma de suas exponenciais práticas agrícolas, tal qual a pimenta-do-reino, um exemplo de notoriedade da cooperativa como importante produtor e exportador da amêndoa.

A expertise nipo-brasileira de Tomé-Açu consolidou a CAMTA como agente de inovação tecnológica em SAF, contribuindo para a formulação e implementação de políticas locais de desenvolvimento agrícola. Não obstante, em razão aos seus resultados, o SAFTA se constituiu em uma tecnologia social de incentivo às práticas de agricultura familiar, a qual ao mesmo tempo em que concorre para a melhoria da produção agrícola local, promove, também, melhorias na qualidade de vida dos pequenos produtores familiares, numa alternativa prática e viável de enfrentamento à pobreza, realidade percebida no município e região do Capim, conforme indicadores sociais apresentados nesta dissertação.

Pode-se depreender desta pesquisa que o SAFTA é um mecanismo de transferência de tecnologia social concebido e aplicado com base nos valores cívicos dos primeiros colonos japoneses, quando envolve em suas atividades todo o coletivo de uma comunidade, desenvolvendo os princípios da cooperação e da ajuda mútua para obtenção de um bem comum a ser compartilhado com todos. E neste sentido, pode-se afirmar que o capital social contribui para uma sociedade local solidária, com base na cooperação e na ação coletiva.

Igualmente importante contudo sem a notoriedade alcançada pela atividade econômica, está a ação política do primeiro grupo organizado socialmente que pôs em evidência os laços de solidariedade e cooperação, presentes na comunidade nipônica conforme dados revelados pela pesquisa. Da organização social dos colonos vários outros

grupos, associações e cooperativas foram formados, dando nova configuração política, social e econômica à região, reforçando as bases teóricas do capital social.

Os resultados apresentados nesta dissertação trazem elementos adicionais aos estudos de Kato (1995), quando ele diz que a CAMTA se constituía em apenas um agente econômico, e os estudos de Marinho e Cano (2009) que afirmam estar nos investimentos técnicos e financeiros do governo japonês e na ênfase ao cultivo de culturas perenes, o êxito da colônia japonesa em Tomé-Açu. Os dados levantados evidenciam o conjunto de valores cívicos, a relação de confiança e de interdependência dos membros da comunidade, o conhecimento tácito, o conhecimento científico, em articulação com as instituições de pesquisa e ensino, como fatores que concorreram decisivamente para o sucesso da colônia em suas diferentes formas de organização, corroborando os postulados de Putnam e com efeitos concretos na dinâmica econômica do município.

Os resultados apresentados nesta dissertação também podem contribuir com a gestão pública local, no sentido de adotar o SAFTA, enquanto política pública, numa parceria público-privada, considerando a expertise e a assistência técnica da CAMTA nesse sistema. Numa ação articulada envolvendo as diferentes instituições (de pesquisa e extensão) já mencionadas no corpo do presente trabalho, além dos governos municipal e estadual, constituindo dessa forma um APL em um sistema coordenado com o fim de alcançar a governança local para o Desenvolvimento da Agricultura Sustentável em Tomé-Açu (PA).

Considera-se ainda que a metodologia adotada para a implantação do SAFTA é eficiente e promoveria a racionalização de recursos públicos disponíveis para a área de agricultura no Município, pois trata-se de uma ação articulada com etapas e cronograma definidos, com previsão de início e término, com metas a serem atingidas em cada etapa, ao contrário das ações, em princípio, fragmentadas cujos resultados não promoveriam os impactos sociais necessários à comunidade.

Objetivando aprofundar o entendimento acerca do capital social nipônico e sua relação com os processos de desenvolvimento endógeno nas diferentes regiões, tem-se como proposição para futuras pesquisas a seguinte questão: Qual o impacto social produzido pelo Projeto de Responsabilidade Socioambiental, prática de tecnologia social da CAMTA nas comunidades de pequenos agricultores familiares dos países Brasil e Bolívia; em que medida o capital social nipo-brasileiro é percebido e absorvido pelas comunidades participantes do projeto; e quais fatores (culturais, políticos e ambientais) estão relacionados aos resultados alcançados em cada região? Ao responder tais questões, acredita-se estar dando importantes contribuições aos estudos sobre o desempenho das regiões.

Entende-se, portanto, que mudanças sociais decorrem da ação coletiva mediada pela aplicação de conhecimentos (tácito e científico), tendo no trabalho organizado e aperfeiçoado e na produção econômica as estratégias de superação dos limites impostos historicamente às populações amazônicas. E ainda, da construção de uma rede interdependente com um sistema de coordenação capaz de identificar e minimizar as tensões ou conflitos resultantes dos interesses individuais e/ou políticos e de potencializar a participação da sociedade civil, das instituições e organizações locais públicas e privadas, para a construção de um plano que venha ao encontro dos interesses coletivos, priorizando ou respeitando as especialidades locais, a diversidade cultural e o potencial econômico do município de Tomé-Açu.

REFERÊNCIAS

- AIHARA, Maria do Socorro Michiko. Paisagens nipo-paraenses na cidade de Tom-Açu: lembranças e experiências vivenciadas pelos Onuma. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. (Orgs.). **Imigração japonesa na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011.
- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Capital social e desenvolvimento local. In.: LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lúcia. **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: UFRJ; RedeSist; Relume Dumará, 2003.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 261-282, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- AMARAL FILHO, Jair do. **Globalização, transformações estruturais, desenvolvimento local e regional, um olhar sobre o Nordeste Brasileiro**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “Trajetórias de desenvolvimento local e regional”: uma comparação entre as regiões do nordeste brasileiro e a baixa Califórnia, México. Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/28743507-Globalizacao-transformacoes-estruturais-desenvolvimento-local-e-regional-um-olhar-sobre-o-nordeste-brasileiro-1.html>>. Acesso em: 28 jan. 2016.
- APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu da. Análise das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso. _____. **Políticas para arranjos produtivos locais**: análise em Estados do Nordeste e Amazônia Legal. Natal: EDUFRN, 2010.
- BAQUERO, Marcello. Dossiê cultura política, democracia e capital social. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 21, p. 7-11, Nov. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a02n21.pdf>>. Acesso em 27 set. 2017.
- BAQUERO, Marcello; SANTOS, Everton Alves dos. Capital social y governabilidade local, estudio de dos ciudades en Brasil. **Líder: revista labor interdisciplinaria de desarrollo regional**, n. 22, p. 11-37, jun. 2013. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4960054>>. Acesso em: 27 set. 2017.
- BARROS, Andréa Vieira Lourenço de et al. Evolução e percepção dos sistemas agrofloretais desenvolvidos pelos agricultores nipo-brasileiros do município de Tomé-Açu, estado do Pará. **Amazônia Ci & Desenvolvimento**, Belém, v. 5, n. 9, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/30516/1/Evolucao-e-Percepcao-do.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- BARROS, Andréa Vieira Lourenço de et al. Sistemas agrofloretais nipo-brasileiros do município de Tomé-Açu, Pará: formação e percepção. In.: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. **Imigração japonesa na Amazônia**: contribuições na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011.
- BARROS JÚNIOR, Antônio Carlos Sampaio Martins de. **Entre a participação e a omissão**:

uma análise da efetividade do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Pará. 2017. 199 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): ¿de que estamos hablando? In: MADDOERY, Oscar; VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosario: Homo Sapiens, 2001. Disponível em: <<http://saludpublica.bvsp.org.bo/textocompleto/bvsp/boxp68/desarrollo-local-nomenclatura.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BRITO, Jade da Silva et al. Viabilidade econômica de sistema agroflorestal no nordeste paraense. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL, 21., 2017, Belém. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/164279/1/Anais-Pibic-2017-On-line-12.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 25-56.

CAMTA: nossa história. Disponível em: <<http://www.camta.com.br/index.php/pt/institucional>>. Acesso em: 5 fev. de 2017.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira; BARBOSA, Estêvão José da Silva. Áreas urbanas e os sítios das cidades. In: MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; BARBOSA, Estêvão José da Silva (Orgs). **Atlas socioambiental: Municípios de Tomé-Açu, Autora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis**. Belém: NAEA, 2009a. p. 313-343.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira; BARBOSA, Estêvão José da Silva. Formação e organização intra-urbana. In: MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; BARBOSA, Estêvão José da Silva (Orgs). **Atlas socioambiental: Municípios de Tomé-Açu, Autora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis**. Belém: NAEA, 2009b. p. 344-383

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira; BARBOSA, Estêvão José da Silva. A Urbanização da área de estudo. In: MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; BARBOSA, Estêvão José da Silva (Orgs). **Atlas socioambiental: Municípios de Tomé-Açu, Autora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis**. Belém: NAEA, 2009c. p. 307-312.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In.: LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lucia (Orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: UFRJ; RedeSist; Relume Dumará, 2003.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M.; STALLIVIERI, Fabio. Introdução: Políticas estaduais e mobilização de atores políticos em arranjos produtivos e inovativos locais. _____. **Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L.

Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: UFRJ; RedeSist; Relume Dumará, 2003.

CASTRO; Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. Formação socioeconômica do estado do Pará. In: _____. (Orgs). Formação socioeconômica da Amazônia. Belém: NAEA, 2015. (Coleção Formação Regional da Amazônia; v. 2)

COCCO, Giuseppe et all. Desenvolvimento local e espaço público na terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez. **Empresários e empregos nos territórios produtivos:** o caso da Terceira Itália. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Frentes de ocupação e exploração econômica no século XX. In: MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; BARBOSA, Estêvão José da Silva (Orgs). **Atlas socioambiental:** Municípios de Tomé-Açu, Autora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis. Belém: NAEA, 2009.

CONDURÚ, Marise Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Elaboração de trabalhos acadêmicos:** normas, critérios e procedimentos. 5. ed., ver. amp. e atual. Belem, 2013.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional.** Brasília: Ministério da Integração Nacional; IDESP, 2010.

COSTA, Francisco de Assis et al. Políticas para arranjos produtivos locais no Pará: continuidades e rupturas. In.: APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu da. **Políticas para arranjos produtivos locais:** análise em Estados do Nordeste e Amazônia Legal. Natal: EDUFRN, 2010.

COUTO, Maria Cristina de Moraes. **Beneficiamento e comercialização dos produtos dos sistemas agroflorestais na Amazônia, Comunidade Santa Luzia, Tomé-Açu, Pará.** 2013. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Melhoramento genético, Transferência de Tecnologia. **Lançado em Belém programa para expansão da cadeia do Açaí.** Disponível em: < <https://www.embrapa.br/tema-integracao-lavoura-pecuaria-floresta-ilpf/busca-de-noticias/-/noticia/9300926/lancado-em-belem-programa-para-expansao-da-cadeia-do-acai>>. Acesso em: 05 set. 2017.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **Chamada N° 008/2017:** apoio ao desenvolvimento de redes de pesquisa na região de integração do Rio Guamá/Rio Capim – INTERPARÁ VIII. Disponível em: < http://sigamazonia.fapespa.pa.gov.br/download_anexo_edital.php?file=53>. Acesso em: 5 set. 2017

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **Diagnóstico socioeconômico e ambiental da Região de Integração Rio Capim.** Belém, [2015?]. Disponível em: < <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/437.pdf?id=1499426398>>. Acesso em: 23 jan. 2017

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **Estatísticas municipais paraenses**: Tomé-Açu. Belém, 2016. Disponível em: <<http://www.parasustentavel.pa.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Tome%CC%81Ac%CC%A7u.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

GONÇALVES, Alcindo. **O conceito de governança**. Disponível em: <<http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/24cccb375b45d32a6df8b183f8122058.pdf>>. Acesso em 6 jun. 2016

GRANDELLE, Renato. Pará teve campo de concentração durante Segunda Guerra Mundial. **O Globo online**, Rio de Janeiro, 08 fev. 2014. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/saude-e-ciencia/para-teve-campo-de-concentracao-durante-segunda-guerra-mundial-11542222.html>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

HENRIQUE, Márcio Couto. Populações indígenas e a terra do alto Rio Guamá. In: MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; BARBOSA, Estêvão José da Silva (Orgs). **Atlas socioambiental**: Municípios de Tomé-Açu, Autora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis. Belém: NAEA, 2009.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia**: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. 2. ed. ver. amp. Brasília: Embrapa, 2016.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Aldenor da Silva. Cronologia da imigração japonesa na Amazônia. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. **Imigração japonesa na Amazônia**: contribuições na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva; FERREIRA, Aldenor da Silva. As concessões de terras para os japoneses na Amazônia na década de 1920. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. **Imigração japonesa na Amazônia**: contribuições na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tomé-Açu**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150800&search=para|tome-acu>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

ILHA, Paulo César da S. et al. A cooperativa como um agente de capital social local: um estudo da percepção de dirigentes, cooperantes e comunidade da Cooperativa Agroindustrial Copagril de Marechal Cândido Rondon-PR. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 115, p. 101-123, jul./dez. 2010.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY. **Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu apoiando pequenos produtores na Bolívia (o desenvolvimento rural da Bolívia)**. Disponível em: <<https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/news/2011/220711-3.html>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

KATO, Mauro Edmilson Ataíde. **Acará e a colônia nipônica de Tomé-Açu**: aspectos de sua organização cooperativa. 1995. 45 f. Monografia (Ciências Sociais) – Departamento de Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1995.

KATO, Osvaldo Ryohei et al. **Desenvolvimento da produção de frutas em sistemas**

agroflorestais no Estado do Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FRUTICULTURA, 22., 2012, Bento Gonçalves, RS. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/950198/1/Painel12OswaldoKato.pdf>>. Acesso em: 4 Ago. 2017.

KONAGANO, Michinori et al. Projeto Socioambiental no Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu, Pará – SAFTA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 10., Cuiabá, 2016. **Resumos ...** Cuiabá: UFMT; Sociedade Brasileira de Sistemas Agroflorestais, 2016a.

KONAGANO, Michinori et al. Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu, Pará – SAFTA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 10., Cuiabá, 2016. **Resumos ...** Cuiabá: UFMT; Sociedade Brasileira de Sistemas Agroflorestais, 2016b.

LASTRES, Helena M. M.; ARROIO, Ana; LEMOS, Cristina. Políticas de Apoio a pequenas empresas: do leito de Procustos à promoção de Sistemas Produtivos Locais. In: LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lucia (Orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: UFRJ; RedeSist; Relume Dumará, 2003.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo (Coords.). **Questionário para arranjos produtivos locais.** Rio de Janeiro: UFRJ; RedeSist, 2003. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/resultados/publicacoes-questionarioapls>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Povoamento e sociedades entre os Rios Gurupi e Moju no Pará dos séculos XVIII e XIX. In: MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; BARBOSA, Estêvão José da Silva (Orgs). **Atlas socioambiental: Municípios de Tomé-Açu, Autora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis.** Belém: NAEA, 2009.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Territorialidade de grupos quilombolas. In: MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; BARBOSA, Estêvão José da Silva (Orgs). **Atlas socioambiental: Municípios de Tomé-Açu, Autora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis.** Belém: NAEA, 2009.

MARINHO, José Antônio Magalhães; CANO, Ricardo Scoles Cano. Colônias e assentamentos rurais. In: MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; BARBOSA, Estêvão José da Silva (Orgs). **Atlas socioambiental: Municípios de Tomé-Açu, Autora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis.** Belém: NAEA, 2009.

MARQUES, Maria da Conceição da Costa. Aplicação dos princípios da governança corporativa ao sector público. **RAC**, v. 11, n. 2, p. 11-26, abr./jun. 2007. Disponível em: <http://anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_87.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2016.

MATOS, Fernanda; DIAS, Reinaldo. **Governança Pública: novo arranjo de governo.** Campinas: Alínea, 2013.

MIRANDA, Elis. A área entre os Rios Gurupi e Moju no contexto da formação territorial da Amazônia – 1616 a 1753. In: MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; BARBOSA, Estêvão José da Silva (Orgs). **Atlas socioambiental: Municípios de Tomé-Açu, Autora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis.** Belém: NAEA,

2009.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; BARBOSA, Estevão José da Silva. A área de estudo no contexto regional. In: MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; BARBOSA, Estevão José da Silva (Orgs). **Atlas socioambiental: Municípios de Tomé-Açu, Autora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis**. Belém: NAEA, 2009.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, Marcus de Souza. **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MUTO, Reiko. A Imigração japonesa no pós-guerra na Amazônia. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. **Imigração japonesa na Amazônia: contribuições na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional**. Manaus: EDUA, 2011.

ORTIZ, Javier Tarango et al. Sociedad de la información y educación: contexto para la actividad gerencial. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Educação (RICI)**, v. 1, n.1, p. 47-66, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1543/2329>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

NUNES, Paulo Henrique Faria. As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro. **Caminhos de geografia**, revista on line, v. 6, n. 19, p. 90-101, out. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15491/8770>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento. **Plano plurianual 2016-2019: governo regionalizado, desenvolvimento integrado**. Belém, 2015. v. 2.

PAUL, Gustavo. **Tem Tigre na selva**. Tomé-Açu, PA: [s.n., 1993?] Disponível em: <http://www.japao100.com.br/arquivo/tem-tigre-na-selva/>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

PIACENTI, Carlos Alberto. O desenvolvimento endógeno das regiões. In: PIACENTI, Carlos Alberto et al. (orgs.). **Economia e desenvolvimento regional**. Foz do Iguaçu, PR: Ed. Parque Itaipú, c2016.

PIEKIELEK, Jessica; FINAN, Timothy J. Atotori: the discourse and practice of sustainability in the Amazon Rain Forest. In: VÁSQUEZ-LEÓN, Marcela; BURKE, Brian J.; FINAN, Timothy J. (Orgs.). **Cooperatives, grassroots development, and social change: experiences from rural Latin America**. Arizona: University of Arizona Press, 2017. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=ZPEZDgAAQBAJ&pg=PR6&lpg=PR6&dq=atotori+the+discourse&source=bl&ots=IWvQCRnp8e&sig=Qob49AF8jRVMtB6aZTm9EJ89Jfs&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi80KSws7vVAhVFEJAKHYihDCsQ6AEIKTAA#v=onepage&q=atotori%20the%20discourse&f=false>>. Acesso em: 13 jul.2017.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SABATINI, Fabio. The Role of Social Capital in Economic Development. **Working Paper**, n. 43, 2007. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=901361>.

Acesso em: 23 abr. 2017.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime de escravidão**. 3. ed. Belém: IAP/Programa Raízes, 2005.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SILVA, Fábio Carlos da. Planejamento regional com foco em arranjos produtivos locais: a experiência do Estado do Pará. **Papers do NAEA**, n. 293, jan. 2012.

SILVA, Fábio Carlos da; AMIN, Mario Miguel; NUNES, Silvia Ferreira. Sustentabilidade dos municípios e vulnerabilidade regional no Estado do Pará: a Ilha do Marajó e a região polarizada pelo município de Breves. In: _____. **Sustentabilidade dos municípios da Amazônia**. Belém: Ed. do NAEA, 2015. (Coleção Formação Regional da Amazônia; v. 4).

SOBRE Tomé-Açu. Disponível em: < <http://www.prefeituratomeacu.pa.gov.br/sobre-tomeacu/>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

TALHELM, T. et al. Large-scale psychological differences within China explained by rice versus wheat agriculture. **SCIENCE**, v. 344, 9 may 2014. Disponível em: < <http://biosocialmethods.isr.umich.edu/wp-content/uploads/2015/03/Science-2014-Talhelm.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

TOMÉ-AÇU. **Lei Orgânica do Município de Tomé-Açu**. Belém: Edições CEJUP, 1990.

TOMÉ-AÇU. **Lei Nº 1920/2007**. Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal Tomé-Açu e sua composição de cargos comissionados e dá outras providências. Tomé-Açu, PA: Câmara Municipal de Tomé-Açu, 2007. Disponível em: < <http://www.camaratomeacu.pa.gov.br/wp-content/uploads/Lei-1920-2007-Nova-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Administrativa-da-PMTA.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

TOMÉ-AÇU. **Lei Nº 2.112/2016**. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências. Tomé-Açu, PA: Câmara Municipal de Tomé-Açu, 2016.

TREMACOLDI, Célia Regina. **Principais doenças fúngicas da pimenta-do-reino no Estado do Pará e recomendações do controle**. Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2010. Disponível em: < <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/883996/1/Doc367.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF. **As taxas de mortalidade infantil caem em mais da metade desde 1990**. Disponível em: < <http://www.unicef.org/mz/as-taxas-de-mortalidade-infantil-caem-em-mais-de-metade-desde-1990/>>. Acesso em: 28 out. 2017.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR ASIA AND THE PACIFIC. **What is good governance?** Disponível em: < <http://www.unescap.org/sites/default/files/good-governance.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Planejamento Estratégico Institucional da UFRA: 2014-2024.** Disponível em: <https://novo.ufra.edu.br/images/PROPLADI_PLAIN_UFRA_2014-2024_CONSUN.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Ed. UFRGS, c2002.

YAMADA, Masaaki. **Japanese immigrant agroforestry in the Brazilian Amazon: a case study of sustainable rural development in the tropics.** 1999. 848 f. Dissertation (Doctor of Philosophy) – University of Florida, Flórida, 1999.

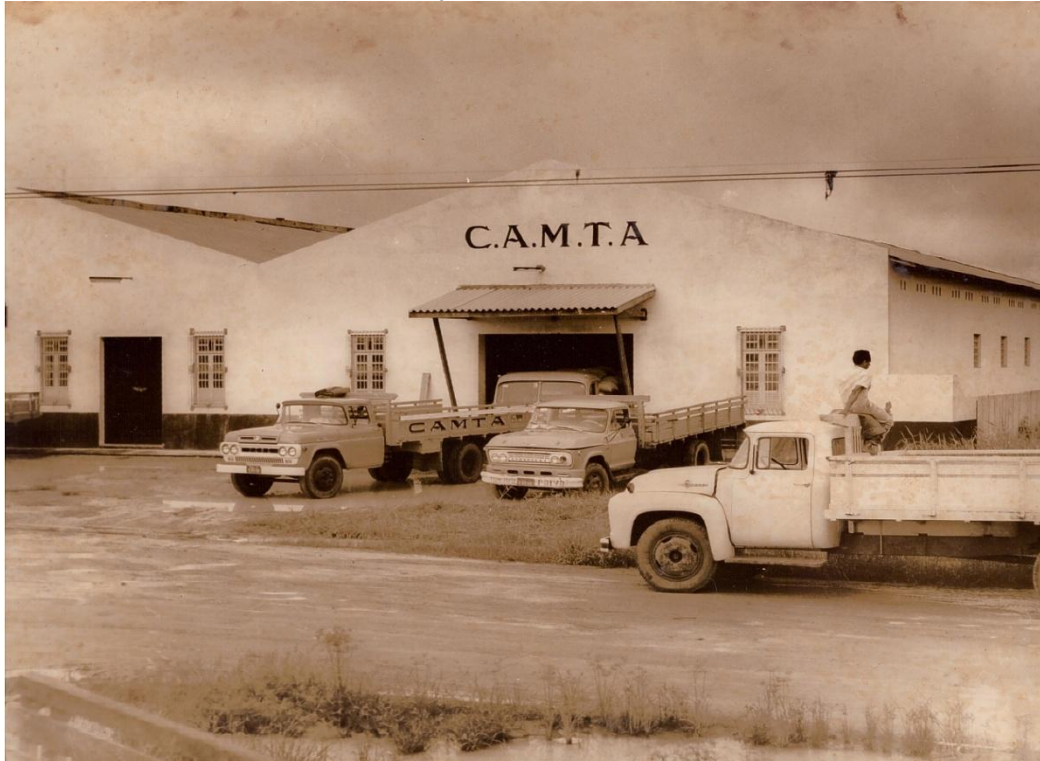
YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZORZAL, Luzia. **Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na Administração Pública Federal.** 2015. 197 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ANEXOS

**ANEXO A - REGISTRO FOTOGRÁFICO DA COLÔNIA JAPONESA E DA CAMTA
- ACERVO PESSOAL DA FAMÍLIA DE NOBORU ABE**

Foto: Sede da CAMTA em Tomé-Açu.



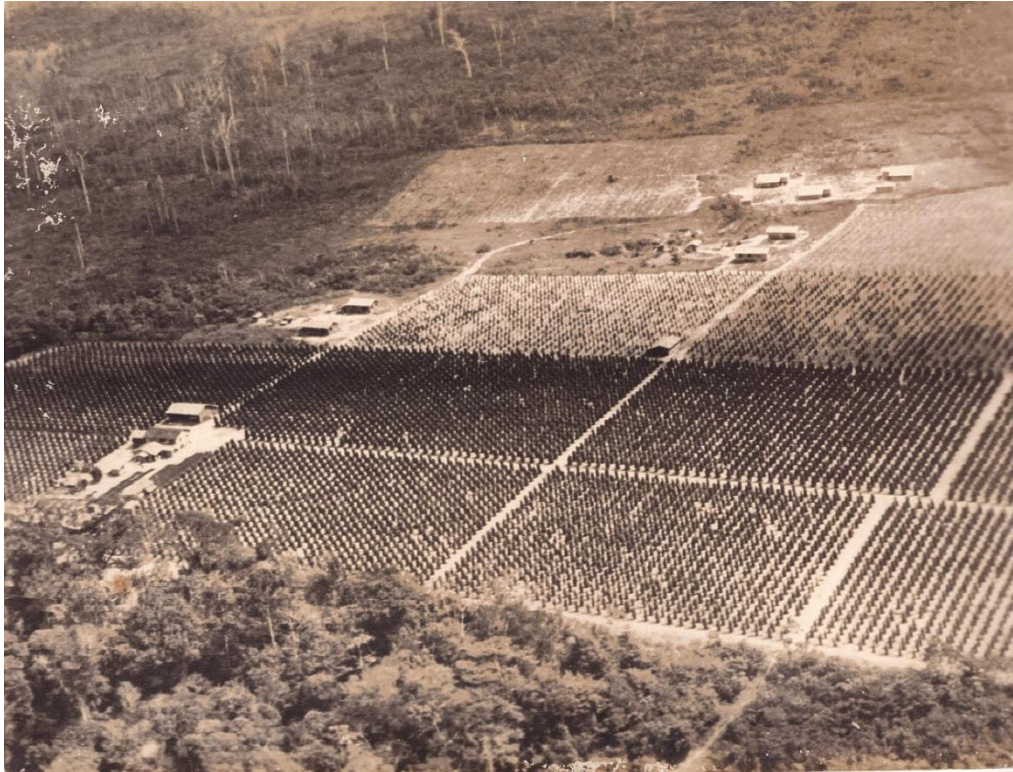
Fonte: Arquivo pessoal da Família de Noboru Abe.

Foto - Trabalhadores da colônia.



Fonte: Arquivo pessoal da Família de Noboru Abe.

Foto - Pimental da Fazenda de Noboru Abe.



Fonte: Arquivo pessoal da Família de Noboru Abe.

Foto - Classificador de Pimenta, equipamento para medir a qualidade do grão dentro do critério de qualidade adotado pela Cooperativa.



Fonte: Arquivo pessoal da Família de Noboru Abe.

Foto - Descarregamento da Pimenta na Cooperativa.



Fonte: Arquivo pessoal da Família de Noboru Abe.

Foto - Campanha de Erradicação da Malária Tomé-Açu, ação em saúde de responsabilidade da Cooperativa.



Fonte: Arquivo pessoal da Família de Noboru Abe.

Foto - Aeroporto de Tomé-Açu.



Fonte: Arquivo pessoal da Família de Noboru Abe.

Foto - Time de beisebol do Breu, Tomé-Açu.



Fonte: Arquivo pessoal da Família de Noboru Abe.